

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**POEMA ISIS ANDRADE DE SOUZA**

**GASTOS EM TURISMO DOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS:  
UMA ANÁLISE DE SEUS DETERMINANTES A PARTIR DA  
PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2002-2003**

Recife, PE

2010

Poema Isis Andrade de Souza

**GASTOS EM TURISMO NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DE  
SEUS DETERMINANTES A PARTIR DA PESQUISA DE ORÇAMENTOS  
FAMILIARES 2002-2003**

Orientador: Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto

Co-orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tatiane Almeida de Menezes

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Recife, PE  
PIMES/UFPE

2010

Souza, Poema Isis Andrade de

Gastos em turismo dos domicílios brasileiros: uma análise de seus determinantes a partir da pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003 / Poema Isis Andrade de Souza. - Recife: O Autor, 2010.

71 folhas: fig., tab. e quadro.

Orientador: Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2010.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Gastos. 2. Turismo. 3. Heckman. I. Título.

330 CDD (22.ed.) UFPE/CSA 2010 -103

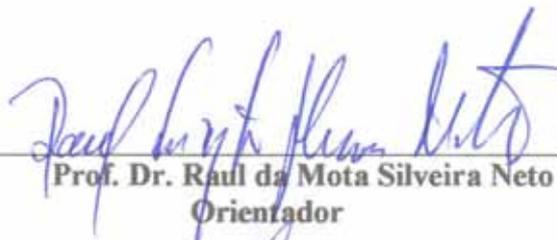
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO  
MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA DE

**POEMA ISIS ANDRADE DE SOUZA**

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a Candidata Poema Isis Andrade de Souza **APROVADA**.

Recife, 26/02/2010.



---

Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto  
Orientador



---

Prof. Dr. Tatiane Almeida de Menezes  
Examinador Interno e Co-Orientadora



---

Prof. Dr. Ana Flávia Machado  
Examinador Externo/CEDEPLAR

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que fazem parte da minha vida acadêmica e pessoal.

À minha família, pelo apoio constante e conforto emocional.

Agradecimento especial ao meu orientador Prof. Raul da Mota Silveira Neto pela disponibilidade e apoio contínuo ao longo do meu desenvolvimento profissional. Muito obrigada, professor, por todos esses anos de dedicação.

À Prof<sup>a</sup> Tatiane de Menezes, que me proporcionou grande parte dos instrumentos utilizados neste trabalho, de forma prazerosa, demonstrando um grande companheirismo no meu desenvolvimento acadêmico.

Aos meus amigos do curso de economia, principalmente, Amanda Aires, Igor Ézio, Diego Lucena, Diego Firmino, Silvio Fernando, Luciana Belo.

Aos meus amigos do Doutorado, Natasha Falcão, Gisléia Benini, Felipe Mota, Pollyana Jucá, Leonardo Ferraz e André Melo por todos os momentos de convivência e apoio.

A todos os professores do PIMES, por serem os nossos estímulos e exemplos a serem seguidos.

À Patrícia, secretária do PIMES, por sua dedicação ao bom funcionamento do PIMES.

## RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo verificar a estrutura dos gastos em turismo realizados pelos domicílios brasileiros e seus principais determinantes, utilizando-se Pesquisa de Orçamentos Familiares, POF 2002-2003, como sua principal base de dados. Todavia, em um primeiro momento, realizou-se uma breve análise da dimensão econômica do turismo no Brasil em termos de ocupações e renda do trabalho gerada no setor. Na estimação dos determinantes dos gastos foi utilizado o modelo de Heckman, devido à existência de viés de seleção na equação dos gastos. Os resultados comprovaram, de um modo geral, que a decisão de realizar alguma viagem não-rotineira está positivamente relacionada com a renda *per capita* domiciliar, número de pessoas no domicílio, principalmente se os chefes tiverem filhos com mais de 14 anos. Além disso, as pessoas com maior nível de instrução, do sexo masculino e com disponibilidade de cartões de crédito têm maiores chances de realizar algum gasto turístico. Já em relação à magnitude desses gastos, comprovou-se que, o turismo é um bem normal, com elasticidade menor do que 1. Ainda, as pessoas de idades mais elevadas, do sexo masculino, solteiras e com maiores níveis de educação são as que mais gastam em turismo no Brasil.

**Palavras-chave:** Gastos, turismo, Heckman.

Jel: C25, D12.

## **ABSTRACT**

This paper aims to verify the determinants of the tourism expenditure in Brazil, using as database the POF 2002-2003. However, at first, there was a brief analysis of the economic dimension of tourism in Brazil in terms of occupations and labor income generated in the sector. The existence of censored data results on the presence of selection bias in the sample and makes necessary the use of the Heckman model. The results indicate that the decision to “taking a holiday” is positively related to level of income, size of family, number of children over than 14 years. In addition, people with higher education, male and availability of credit cards are more likely to do some tourist expenditure. In relation to the tourist expenditures, it was shown that tourism is a normal good, it has elasticity less than 1. Moreover, people of older ages, male, single and with higher levels of education are those that have more tourism expenditure in Brazil.

**Key words:** Expenditure, tourism, Heckman.

**Jel:** C25, D12.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição das ocupações e da renda do trabalho no turismo e na economia entre as regiões do país – 2008 .....	28
Figura 2 – Proporção dos domicílios que realizaram algum gasto em turismo, por Região e UF .....	34
Figura 3– Proporção dos domicílios que realizaram algum gasto em turismo, por Região Metropolitana .....	35
Figura 4 – Segmentação dos gastos em turismo nos domicílios brasileiros por produto em 2002-2003.....	36
Figura 5 – Segmentação do gasto total em turismo e das despesas totais no Brasil por Região em 2002-2003 .....	38
Figura 6 – Segmentação do gasto total em turismo no Brasil por UF, em 2002-2003.....	39
Figura 7– Segmentação das despesas totais no Brasil por UF, 2002-2003.....	39
Figura 8– Participação dos gastos em turismo nas despesas totais domiciliares, por Região e UF .....	40
Figura 9 – Participação dos gastos em turismo nas despesas totais domiciliares, por Região Metropolitana 2002-2003.....	41
Figura 10 – Gastos em turismo <i>per capita</i> por Região e UF, 2002-2003 .....	42
Figura 11 – Gastos em turismo <i>per capita</i> por Região Metropolitana, 2002-2003.....	43
Figura 12 – Gastos médios em turismo por domicílio nas regiões e UFs do Brasil, 2002-2003 .....	44
Figura 13 – Gastos médios em turismo por consumidor dos produtos turísticos nas regiões e estados brasileiros.....	45
Figura 14 - Participação dos domicílios com gastos em turismo por decil de renda.....	46
Figura 15 – Distribuição dos gastos em turismo <i>per capita</i> , por quartil de renda.....	47
Quadro 1 – Composição das despesas em turismo.....	50
Quadro 2 – Descrição das variáveis utilizadas no estudo .....	50
Quadro 3 – Descrição das variáveis e sinais esperados das variáveis explicativas no Modelo Heckman.....	57
Quadro 4 – Produtos Turísticos , segundo a classificação da POF 2002-2003.....	73

Tabela 1 – Participação (%) das atividades do turismo na renda e nas ocupações, por região - 2008.....	19
Tabela 2 - Participação (%) das atividades do turismo na renda e nas ocupações, por UF - 2008.....	20
Tabela 3 - Participação (%) das atividades do turismo na renda e nas ocupações, por RM - 2008.....	22
Tabela 4 – Participação (%) de cada atividade do núcleo do turismo no total do emprego e da renda do setor – 2008.....	22
Tabela 5– Participação (%) de cada atividade do núcleo do turismo no total do emprego e da renda do setor dos principais estados receptores de turistas – 2008.....	24
Tabela 6– Participação (%) do núcleo “puro” nas ocupações e renda total do trabalho do turismo e da economia, por região – 2008 .....	25
Tabela 7 – Participação (%) do núcleo “puro” nas ocupações e renda total do trabalho do turismo e da economia, por principais destinos turísticos – 2008.....	26
Tabela 8 – Participação (%) do núcleo “puro” no total nas ocupações e renda do trabalho do turismo e da economia por RM – 2008.....	27
Tabela 9- Distribuição das ocupações e da renda do trabalho no turismo e na economia entre principais destinos turísticos– 2008.....	29
Tabela 10- Evolução da participação do turismo no total de Ocupações e no total da renda do trabalho da economia.....	30
Tabela 11 – Participação (%) das regiões do Brasil no total das ocupações no turismo do país .....	31
Tabela 12 – Participação (%) das regiões do Brasil no total da renda do trabalho no turismo	31
Tabela 13 - Evolução do número total de ocupações no turismo no Brasil e nas suas macrorregiões .....	32
Tabela 14 – Segmentação dos gastos em turismo domiciliares nas regiões brasileiras .....	37
Tabela 15- Índice de Gini dos gastos em turismo e das despesas domiciliares per capita nas regiões brasileiras .....	47

Tabela 16– Participação dos gastos em turismo na despesa total, por quartil de renda .....	48
Tabela 17 – Análise descritiva da amostra dos domicílios com gastos em turismo.....	51
Tabela 18 - Equação de seleção para a realização ou não de gasto em turismo no Brasil.....	59
Tabela 19 - Equação de seleção para a realização ou não de gasto em turismo, NE <i>versus</i> SE .....	62
Tabela 20- Equação de gastos em turismo nos domicílios brasileiros .....	63
Tabela 21 - Equação de gastos em turismo nos domicílios brasileiros, Nordeste <i>versus</i> Sudeste .....	65

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
2. A ECONOMIA DO TURISMO: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES .....	14
3. UMA BREVE ANÁLISE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO SETOR DE TURISMO NO BRASIL .....	18
3.1. Dimensionamento do setor de turismo no Brasil: ocupações e renda do trabalho .....	19
3.2. O núcleo “puro” do turismo no Brasil.....	25
3.3. A distribuição regional das atividades do turismo no Brasil .....	27
3.4. Evolução do setor turístico no Brasil .....	30
4. UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS GASTOS EM TURISMO NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS .....	33
4.1. Domicílios brasileiros com gastos em turismo .....	33
4.2. Decomposição dos gastos em turismo no Brasil.....	36
4.3. Distribuição dos gastos em turismo no Brasil .....	37
4.4. Os gastos em turismo no total das despesas domiciliares .....	40
4.5. As magnitudes dos gastos em turismo no Brasil.....	41
4.6. Evidências sobre as desigualdades nos gastos em turismo nos domicílios brasileiros .	45
5. DETERMINANTES DOS GASTOS EM TURISMO NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS .....	49
5.1. Os dados .....	49
5.2. O modelo econométrico.....	52
5.3. RESULTADOS.....	58
5.3.1. Determinantes da decisão de gastar em turismo .....	59
5.3.2. Determinantes dos dispêndios em turismo no Brasil .....	63
6. CONCLUSÕES .....	67

## 1. INTRODUÇÃO

A compreensão dos impactos gerados pelo crescimento da atividade turística nos últimos anos tem sido destaque no âmbito internacional e, sobretudo, em países em desenvolvimento com potencialidades no setor, como é o caso do Brasil. Por ser baseado na exploração econômica das dotações de recursos naturais e sociais das localidades e utilizar-se de baixa intensidade tecnológica, o turismo passa a ser visto como uma importante fonte promovedora de desenvolvimento.

Nos estudos de impactos econômicos resultantes do aproveitamento do turismo destacam-se a análise de oferta, relacionada principalmente à geração de emprego e renda pelas atividades que compõem o setor, por exemplo, e o estudo de demanda, que tem como foco principal o consumo dos produtos turísticos.

No Brasil, estudos sobre os impactos econômicos do turismo ainda são bastante limitados, principalmente porque existem deficiências de dados estatísticos voltados para o setor. Desta forma, este trabalho tem como principal objetivo levantar informações sobre os gastos em turismo realizados pelos domicílios brasileiros e estimar seu determinantes através da última Pesquisa de Orçamentos Familiares disponível, POF 2002-2003. É importante salientar que este tema é inédito na análise da economia do turismo no Brasil, portanto torna-se uma importante contribuição nessa área de conhecimento.

A partir da POF 2002-2003 é possível constatar a participação dos gastos em turismo no total das despesas nos domicílios brasileiros realizadas no período 2002-2003. É importante destacar que, as informações contidas na POF sobre os gastos em produtos turísticos são referentes apenas às viagens não-rotineiras custeadas pela própria família, excluindo-se, desta forma, os gastos de viagens de negócios. Outra observação importante a ser feita é que a partir dos dados da POF não é possível obter os destinos dos gastos turísticos, apenas a localidade de origem.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (Apud IBGE, 2009), os produtos turísticos, também conhecidos como produtos específicos do turismo, são classificados em dois grupos: produtos característicos, que deixariam de existir de forma expressiva sem o consumo turístico; e produtos conexos, que são menos dependentes da demanda turística.

Neste trabalho, os gastos em turismo serão agrupados da mesma forma adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no estudo “A Análise das Atividades Características do Turismo – 2003”, assim, o grupo é formado por: combustível de veículo,

alimentação, alojamento, navio, avião, barco, ônibus urbano, ônibus intermunicipal, ônibus interestadual, ônibus internacional, pedágio, táxi, aluguel de veículos, agregado e demais produtos (nesta categoria estão inclusos guias turísticos, carregador de bagagens, taxas e outros tipos de transportes não especificados anteriormente).

A análise dos gastos em turismo é essencial para o entendimento do mercado doméstico potencial. Através do levantamento dos determinantes do consumo turístico é possível ter uma maior clareza das características mais relevantes da demanda e, por conseguinte, definir estratégias mais eficazes voltadas para o setor.

Em geral, os estudos realizados sobre a economia do turismo apresentam informações agregadas que não capturam, por exemplo, as heterogeneidades das famílias ou domicílios. Então, analisar a estrutura de consumo dos serviços turísticos controlando as características dos domicílios e diferenças individuais do chefe do domicílio como raça, gênero, sexo, estado civil, renda, entre outras características, é factível através do uso dos microdados da POF.

No que se refere ao turismo doméstico brasileiro, o Ministério do Turismo do Brasil (MTur) realizou, em parceria com a Fundação Instituto de pesquisas Econômicas (FIPE), o estudo “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2002 e 2006” que apontou uma propensão a viajar dos domicílios brasileiros em 2005 equivalente a 37,7%, representando um total de 138.706.000 viagens domésticas realizadas naquele ano. Nesse mesmo estudo, foi estimado o gasto total médio por viagem das famílias brasileiras que atingiu um valor de R\$855,64, em 2005, equivalente a um gasto per capita diário de R\$36,52.

O IBGE também apresentou o perfil dos gastos com viagens não-rotineiras realizadas pelas famílias brasileiras, através do estudo “A Análise das Atividades Características do Turismo – 2003”, utilizando a POF 2002-2003, porém de forma bastante sucinta. Na realidade, as principais informações levantadas nesse trabalho estavam ligadas às características das empresas que atuam no setor, empregos e rendimentos gerados.

Espera-se, neste trabalho, verificar os determinantes dos gastos em turismo realizados nos domicílios brasileiros, destacando este consumo como fonte promotora de desenvolvimento decorrente do mercado potencial. As despesas em produtos turísticos são influenciadas por fatores socioeconômicos, características domiciliares e variáveis geográficas. Pretende-se fazer uma análise descritiva dos gastos em turismo nos domicílios no Brasil, verificar os seus fatores determinantes e constatar se há diferenças entre as regiões Nordeste e Sudeste.

A estrutura deste trabalho está configurada da seguinte forma. O capítulo seguinte traz alguns conceitos sobre o turismo. No capítulo 3 é apresentada uma análise setorial do turismo,

enfatizando sua importância na geração de emprego e renda. O capítulo 4 contém uma análise descritiva detalhada sobre os gastos em turismo nos domicílios brasileiros. O capítulo 5 apresenta a metodologia e os resultados dos determinantes dos gastos em turismo no Brasil, região Nordeste e Sudeste. Por último, o capítulo 6 contém as principais conclusões deste trabalho.

## 2. A ECONOMIA DO TURISMO: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES

O conceito de turismo definido pela Organização Mundial do Turismo diz respeito ao conjunto de atividades relacionadas ao deslocamento e permanência de pessoas que se encontram fora de seu ambiente de residência, por período inferior a um ano consecutivo, tendo como motivos lazer, negócios, ou outras razões.

Característico de uma sociedade de consumo, o turismo como um todo estruturado é um produto composto por bens e serviços, tangíveis e intangíveis. Assim, o produto turístico inclui recursos e atrativos naturais e artificiais, equipamentos e infraestrutura, serviços, atitudes recreativas imagens e valores simbólicos, constituindo-se num conjunto de determinados benefícios capazes de atrair certos grupos de consumidores em busca de uma satisfação das suas motivações e expectativas. (DROULERS e MILANI, 2002, apud MAMBERTI e BRAGA, 2004).

Os produtos turísticos, também conhecidos como produtos específicos do turismo, são classificados em dois grupos: característicos (deixariam de existir de forma expressiva sem o turismo) e conexos (menos dependentes da demanda turística). (Organização Mundial do Turismo apud IBGE, 2009).

De acordo com Ponn (1993, apud SAMPOL e PEREZ, 2000), o mercado de consumo do turismo está cada vez mais segmentado através de barreiras demográficas e socioeconômicas e psicográficas, como motivações, hobbies, opiniões, etc. Desta forma, a análise do mercado turístico tornou-se cada vez mais complexa e exige ferramentas mais sofisticadas.

Os benefícios econômicos das atividades turísticas vão desde o aumento de divisas, através do turismo internacional, à geração de emprego, porque é uma atividade intensiva em trabalho, desta forma, há benefícios ligados ao desenvolvimento do turismo que são expressos pela geração de renda, poupança, investimentos e crescimento econômico (LIM, 1997).

É muito comum que os estudos na área de economia do turismo sejam direcionados para o entendimento dos impactos macroeconômicos do setor. Por conseguinte, existe uma lacuna na compreensão do turismo como um segmento específico de mercado que é afetado pelas decisões das famílias (DOLNICAR, S. et al, 2008).

A prática do turismo tem como principais motivações as necessidades individuais de descanso e recuperação do trabalho; novas experiências e ampliação de aprendizagem,

comunicação intercultural; desenvolvimento pessoal e social; visita a amigos e familiares; peregrinação religiosa e de saúde e, bem-estar subjetivo (MCCABE, 2009)

Os efeitos positivos do turismo sobre as atividades socioeconômicas levaram muitos governos a promover o acesso a viagens de lazer na Europa, por exemplo. Entretanto, aspectos culturais afetam a visão sobre a necessidade de estimular a prática de turismo, como é o caso do Japão, em que há uma cultura conhecida como “*over-work*”, em que o tempo destinado ao lazer é bastante escasso (MCCABE, 2009).

A literatura sobre o consumo turístico define os fatores que influenciam a decisão de realizar alguma viagem e, por conseguinte, gastos em turismo, que podem ser segmentados em características socioeconômicas (idade, educação, renda, tamanho da família, etc) e características “psicológicas” (opinião sobre viajar) (NICOLAU e MÁ, 2005).

Já os fatores que influenciam a magnitude dos gastos em turismo apontados nos estudos sobre demanda turística são divididos em três grupos: características relativas ao destino (distância, tipos de acomodações); restrições individuais (renda, tamanho da família, número de crianças); e características sócio-demográficas individuais (idade, estado civil, escolaridade) (NICOLAU e MÁ, 2005).

Os principais resultados encontrados sobre a elasticidade da demanda do turismo revelam que os produtos turísticos são bens normais, ou seja, os gastos em turismo aumentam com o crescimento da renda, entretanto, em menor proporção. (POU e ALEGRE, 2002).

Em estudo realizado para Espanha foi observado que, em relação à decisão de realizar algum gasto em turismo, quanto mais elevada renda, maior a probabilidade de consumir produtos turísticos. O tamanho da família influencia negativamente a decisão de gastar. A influência da idade apresenta um formato de “U”, ou seja, as maiores probabilidades de viajar são encontradas entre os mais jovens e os mais idosos. Além disso, quanto mais elevado o nível de instrução, maior a probabilidade de realizar algum gasto em turismo (NICOLAU e MÁ, 2005).

No caso das variáveis que entram na determinação do nível dos gastos em turismo, quanto mais elevada renda, maior o consumo dos produtos turísticos. O tamanho da família influencia positivamente no nível dos gastos. Ainda, elevados níveis de educação resultam em maiores gastos em turismo; o efeito da idade tenha formato de “U” invertido e a situação civil casado aumenta os gastos em turismo (NICOLAU e MÁ, 2005).

Outro estudo internacional recente sobre os fatores que determinam as despesas com viagens é o de WANG *et al.* (2006), realizado para o turismo na região Centro-Oeste dos EUA. Nesse trabalho, as variáveis explanatórias foram agrupadas de acordo com

características sócio-demográficas individuais, informações referentes às viagens e características psicográficas.

As principais conclusões do estudo mostram que existe uma relação positiva entre a renda da família e os gastos com turismo, este resultado é amplamente corroborado na literatura internacional. Além disso, foi encontrada uma relação negativa entre a idade e a magnitude dos gastos em turismo, o que não é verificado na maioria dos estudos. O gênero mostrou-se uma variável irrelevante para explicar os gastos. Já as características relacionadas às viagens como número de adultos, número de dias e a distância da viagem foram positivas em relação à magnitude dos gastos em turismo. Das características psicográficas, a única variável significativa foi a referente ao desejo das pessoas que viajam em busca de “agitação” que tendem a gastar mais durante as viagens em relação a pessoas que procuram estabilidade (WANG et al., 2006).

LEE (2001), através do modelo Tobit, obteve estimativas para o total das despesas em viagem de barco nos EUA. Os resultados indicaram que a distância até o destino, o número de pessoas na viagem e o nível de renda tiveram efeitos significativamente positivos sobre essas despesas.

HONKANEN e MUSTONEN (2008) fazem uma abordagem de como o “estilo de vida” e de características sócio-demográficas individuais influenciam o consumo turístico e o desejo de realizar mais viagens (que não considera a restrição orçamentária). A principal hipótese assumida no trabalho é a de que as variáveis sócio-demográficas influenciam mais a decisão de consumo turístico do que o próprio desejo das pessoas de viajar. As conclusões obtidas apontam que o crescimento da renda e o barateamento dos custos das viagens nos últimos anos aumentaram as despesas em turismo. Todavia, o desejo de viajar diminuiu entre 1999 e 2004, o que contraria a visão geral do fenômeno turístico recente. Os autores chamam atenção para o fato da existência de muitas alternativas de consumo para as despesas discricionárias do mundo Pós-Moderno.

Assim, outra maneira de entender como as famílias ou indivíduos decidem quanto gastar em turismo é através de uma análise do comportamento do consumidor na escolha de gastos discricionários, que são gastos fora do orçamento familiar normal, inclui investimento e poupança, as férias, os gastos com itens de luxo (por exemplo, televisores de tela plana), etc. (CROUCH *et al.*, 2005)

A teoria econômica tradicional assume que todos os bens e serviços na economia competem entre si na escolha do consumidor. Todavia, há uma tendência de analisar os gastos discricionários de uma forma diferenciada. Assim, o estudo de CROUCH et al (2005) aplicou

uma situação hipotética para alguns consumidores australianos em quem eles teriam que decidir quais os bens/serviços discricionários eles demandariam se ganhassem uma “renda extra”. Desta maneira, os resultados da pesquisa indicaram que os australianos gastariam cerca de 9% da “renda extra” na prática do turismo doméstico e, aproximadamente, 11% com o turismo no exterior. Os resultados também mostraram que as despesas de turismo internacional concorrem mais com as despesas de turismo doméstico do que com outros tipos de despesas discricionárias.

De acordo com SONG, H. e LI, G (2008), não existe um modelo econométrico específico para verificar quais as variáveis que explicam o comportamento dos turistas, inclusive os gastos realizados em turismo. Na realidade, há uma diversidade na literatura, que tem crescido bastante nos últimos anos, tornando-se importantes ferramentas na formulação de políticas públicas direcionadas ao setor (SONG e LI, 2008).

### 3. UMA BREVE ANÁLISE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO SETOR DE TURISMO NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo principal fornecer informações sobre a dimensão do setor turístico no Brasil, em termos de ocupações e renda do trabalho. A tarefa de dimensionar o segmento do turismo apresenta algumas limitações. A principal restrição é referente à delimitação das atividades exclusivas do setor. Devido ao fato de envolver alguns serviços que são demandados tanto pela população local quanto pelos turistas, como é o caso do segmento de alimentação, o dimensionamento preciso do impacto do setor turístico na economia torna-se uma tarefa bastante difícil.

Apesar das limitações existentes, o presente trabalho procurou explorar da melhor forma possível as informações disponíveis nos microdados de pesquisas oficiais para o Brasil, que ainda são pouco utilizadas em estudos do turismo. A fonte de microdados empregada no dimensionamento do setor é proveniente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período 2002-2008. O período considerado não pode ser mais abrangente, pois ocorreram mudanças metodológicas que alteraram as classificações dos agrupamentos das atividades contidos na PNAD, a partir de 2002, e que não são perfeitamente compatíveis com aquelas de anos anteriores.

A definição do núcleo de turismo adotada aproxima-se bastante da classificação utilizada pelo IBGE nos seus estudos para o setor, desta maneira, esse núcleo é composto por sete atividades: meios de hospedagem, alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, aluguel de veículos, agências de turismo e lazer. O lazer neste trabalho inclui atividades artísticas, de espetáculos e museus.

Devido ao fato do núcleo de atividades considerar segmentos não exclusivos do turismo, as estimativas da dimensão econômica das atividades definirão um limite superior para o impacto do turismo na economia. Todavia, apesar dessa restrição, as informações são de extrema importância para a compreensão desse setor que vem apresentando enormes potencialidades de desenvolvimento no Brasil nos últimos anos. Além do núcleo de atividades apresentado, definiu-se um conjunto mais reduzido, chamado núcleo “puro” do turismo, composto pelas atividades exclusivas do setor: meios de hospedagem, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo e agências de viagens. Para todas essas atividades, foi

possível calcular o total de ocupações e da renda do trabalho de cada uma na econômica turística.

O presente capítulo está dividido em três seções. A primeira seção é referente ao dimensionamento do setor de turismo na economia brasileira. A segunda seção apresenta informações sobre o núcleo “puro” do turismo. Por fim, na última parte contém a evolução do setor turístico no país durante o período 2002-2008.

### 3.1. Dimensionamento do setor de turismo no Brasil: ocupações e renda do trabalho

Os primeiros resultados analisados dizem respeito à participação do núcleo do turismo no total das ocupações e renda do trabalho no Brasil e nas regiões geográficas do país. Observou-se que, em 2008, o agrupamento das atividades turísticas correspondeu a 6,3% do total dos ocupados no Brasil e a 5,7% do total da renda do trabalho. Esse resultado revela que as atividades turísticas têm menor significância na remuneração da mão-de-obra empregada em relação a outros setores da economia. Esta característica da participação do turismo na renda do trabalho ser inferior ao seu peso no total de ocupados foi verificada em quase todas as regiões do Brasil, a única exceção observada foi encontrada no Nordeste. Uma justificativa plausível para esse comportamento do turismo na economia nordestina pode ser dada pelo fato da região apresentar uma quantidade maior de setores de baixo valor agregado. As participações do turismo na renda e ocupações estão disponíveis na Tabela 1, a seguir.

**Tabela 1 – Participação (%) das atividades do turismo na renda e nas ocupações, por região - 2008**

Região	Peso do Turismo no Total de Ocupados (%)		Peso do Turismo no Total da Renda do Trabalho (%)	
	Economia	Serviços	Economia	Serviços
Norte	6,8	11,5	6,0	8,5
Nordeste	5,9	11,3	6,4	8,9
Sudeste	7,0	10,8	6,1	8,7
Sul	4,9	8,8	4,5	6,7
Centro-Oeste	6,1	9,3	4,9	6,4
<b>Brasil</b>	<b>6,3</b>	<b>10,5</b>	<b>5,7</b>	<b>8,2</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

De acordo com a Tabela 1, a maior participação do turismo no total de ocupados entre as regiões brasileiras foi verificada no Sudeste, que atingiu 7,0%, e o maior peso do setor no

total da renda do trabalho foi encontrado no Nordeste, com 6,4%. Essas duas regiões contêm os principais destinos turísticos do país, o que explica a elevada importância do setor.

Em relação à contribuição do turismo no setor de serviços no Brasil, constatou-se que as atividades turísticas foram responsáveis por 10,5% do total da mão-de-obra prestadora de serviços e a apenas 8,2% do total da renda desse setor econômico. A participação do turismo no total de ocupados e renda do trabalho dos serviços ficou acima da média do país nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Por conseguinte, nas regiões Sul e Centro- Oeste, o turismo apresentou menor importância relativa em relação à média brasileira, tanto na economia quanto na prestação de serviços, como pode ser observado na Tabela 2.

**Tabela 2 - Participação (%) das atividades do turismo na renda e nas ocupações, por UF - 2008**

Unidade da Federação	Peso do Turismo no Total de Ocupados (%)		Peso do Turismo no Total da Renda do Trabalho (%)	
	Economia	Serviços	Economia	Serviços
Rondônia - RO	5,1	9,6	6,2	9,1
Acre - AC	4,8	7,7	4,3	5,2
Amazonas - AM	<b>8,5</b>	<b>13,9</b>	<b>7,5</b>	<b>10,7</b>
Roraima - RR	7,0	9,7	5,4	6,9
Pará - PA	<b>7,1</b>	<b>12,1</b>	<b>6,0</b>	<b>9,1</b>
Amapá - AP	6,8	9,0	5,4	6,7
Tocantins - TO	4,5	8,4	3,2	4,3
Maranhão - MA	4,3	8,7	6,0	8,5
Piauí - PI	4,2	9,5	4,4	5,9
Ceará - CE	<b>5,9</b>	<b>11,5</b>	<b>6,0</b>	<b>8,4</b>
Rio Grande do Norte - RN	<b>6,8</b>	<b>11,6</b>	<b>6,5</b>	<b>8,6</b>
Paraíba - PB	5,9	10,5	5,0	6,4
Pernambuco - PE	<b>6,6</b>	<b>11,7</b>	<b>6,5</b>	<b>8,8</b>
Alagoas - AL	3,6	7,4	3,8	5,4
Sergipe - SE	<b>6,5</b>	<b>10,7</b>	<b>6,6</b>	<b>8,6</b>
Bahia - BA	<b>6,9</b>	<b>13,4</b>	<b>8,0</b>	<b>11,6</b>
Minas Gerais - MG	6,0	10,7	5,6	8,4
Espírito Santo - ES	5,9	10,2	6,1	8,9
Rio de Janeiro - RJ	<b>10,1</b>	<b>13,2</b>	<b>8,5</b>	<b>10,7</b>
São Paulo - SP	6,6	9,9	5,4	8,0
Paraná - PR	5,3	8,9	4,6	6,7
Santa Catarina - SC	4,5	8,2	4,1	6,3
Rio Grande do Sul - RS	4,8	8,9	4,6	7,0
Mato Grosso do Sul - MS	5,4	8,8	4,0	5,7
Mato Grosso - MT	5,7	9,9	5,3	8,2
Goiás - GO	6,0	9,5	5,2	7,5
Distrito Federal - DF	7,7	8,8	4,6	4,9
<b>Brasil</b>	<b>6,3</b>	<b>10,5</b>	<b>5,7</b>	<b>8,2</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

Entre os estados brasileiros, em 2008, o turismo atingiu as maiores participações na economia e no setor de serviços no Rio de Janeiro, principal destino turístico do país. Outras Unidades da Federação (UFs) que também obtiveram elevadas contribuições do turismo em suas economias são importantes localidades receptoras de turistas, na maioria dos casos. Entre tais estados, destacam-se: Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Deve-se observar que apesar de Sergipe ter apresentado estatísticas significativas para o setor de turismo, este estado não é um destino turístico relevante no país. Essa característica do setor de turismo no estado sergipano pode ser resultante, em primeiro lugar, da baixa diversificação da economia como um todo. Além disso, Sergipe é um estado do Nordeste com participação de mão-de-obra de outras UFs acima da média regional, o que pode gerar aumento relativo na demanda por serviços de hospedagem e alimentação (atividades do núcleo do turismo).

Outra observação importante é que o estado de São Paulo está entre os principais destinos turísticos do Brasil, todavia, só ficou acima da média nacional em relação ao peso do turismo no total de ocupados da economia. Isso pode ser reflexo do fato da economia paulista ser bastante diversificada e concentrar setores de maior valor agregado.

A análise do setor de turismo nas Regiões Metropolitanas brasileiras (RMs), incluindo Brasília, mostrou que em todas as localidades a participação das atividades turísticas ficou acima da média brasileira, em relação ao peso no total de ocupados e na renda total do trabalho. Entretanto, foi constatado que as taxas nos ocupados foram mais elevadas do que na renda total do trabalho, e isso reforça a característica anteriormente observada nas regiões e estados do país de que a remuneração média do turismo está abaixo da remuneração média da economia e do setor de serviços. As RMs brasileiras são grandes destinos turísticos principalmente no que se refere ao turismo “sol e praia” e, também, são os principais portões de entrada no país.

As atividades turísticas apresentaram maiores contribuições na RM de Salvador, RM do Rio de Janeiro e RM de Recife. Essas localidades possuem grandes atrativos turísticos voltados, principalmente, para o turismo sol e praia, o principal do país. Na região metropolitana de Salvador, a participação do turismo no total da mão-de-obra da economia atingiu 11,2%, enquanto que na RM do Rio de Janeiro esse valor foi de 10,6% e na RM de Recife esse percentual caiu para 9,8%. Essas ocupações no turismo geraram participações na renda do trabalho nas localidades mencionadas iguais a 9,3%, 8,8% e 7,7%, respectivamente.

O peso do turismo no total da mão-de-obra do setor de serviços atingiu 14,3% na RM de Salvador, 13,4% na Região metropolitana do Rio de Janeiro e 12,4% na RM de Recife.

Esses percentuais foram menores na renda do trabalho do setor e corresponderam, na ordem, a 11,8%, 10,8% e 9,3%. A Tabela 3 contém a participação do turismo no total das ocupações e renda do trabalho na economia e no setor de serviços, por região metropolitana do país.

**Tabela 3 - Participação (%) das atividades do turismo na renda e nas ocupações, por RM - 2008**

Região Metropolitana (RM)	Peso do Turismo no Total das Ocupações (%)		Peso do Turismo no Total da Renda do Trabalho (%)	
	Economia	Serviços	Economia	Serviços
Belém - PA	8,9	11,3	7,0	8,4
Fortaleza - CE	7,8	11,4	6,6	8,5
Recife - PE	<b>9,8</b>	<b>12,4</b>	<b>7,7</b>	<b>9,3</b>
Salvador - BA	<b>11,2</b>	<b>14,3</b>	<b>9,3</b>	<b>11,8</b>
Belo Horizonte - MG	8,4	11,8	7,5	10,0
Rio de Janeiro - RJ	<b>10,6</b>	<b>13,4</b>	<b>8,8</b>	<b>10,8</b>
São Paulo - SP	8,0	11	6,4	8,7
Curitiba - PR	7,5	10,8	5,6	7,8
Porto Alegre - RS	7,1	10,4	5,6	7,6
Brasília - DF	7,7	8,8	4,6	4,9
<b>Brasil</b>	<b>6,3</b>	<b>10,5</b>	<b>5,7</b>	<b>8,2</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

Com o intuito de entender melhor a relevância de cada atividade que compõe o núcleo do turismo, destacou-se o peso de cada segmento na composição do setor turístico nas regiões brasileiras, conforme pode ser visto na Tabela 4, a seguir.

**Tabela 4 – Participação (%) de cada atividade do núcleo do turismo no total do emprego e da renda do setor – 2008**

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
<b>Hospedagem</b>	<b>Ocup.</b>	5,0	5,4	5,7	8,5	<b>8,9</b>	<b>6,2</b>
	<b>Renda</b>	4,7	5,0	5,2	7,8	<b>8,3</b>	<b>5,7</b>
<b>Alimentação</b>	<b>Ocup.</b>	<b>60,8</b>	54,6	54,9	54,9	58,9	<b>55,6</b>
	<b>Renda</b>	<b>57,1</b>	50,1	50,1	50,3	54,9	<b>51,0</b>
<b>Transporte Rodoviário de Passageiros</b>	<b>Ocup.</b>	26,4	<b>29,1</b>	25,9	23,2	21,2	<b>26,1</b>
	<b>Renda</b>	27,1	<b>29,1</b>	25,8	23,2	21,6	<b>26,1</b>
<b>Transporte Aéreo</b>	<b>Ocup.</b>	0,8	0,4	1,1	1,0	<b>1,1</b>	<b>0,9</b>
	<b>Renda</b>	0,9	0,4	1,1	1,0	<b>1,2</b>	<b>0,9</b>
<b>Agências de Viagem</b>	<b>Ocup.</b>	1,0	1,2	1,7	<b>2,6</b>	2,5	<b>1,7</b>
	<b>Renda</b>	1,0	1,3	1,8	<b>2,7</b>	2,7	<b>1,8</b>
<b>Aluguel de veículos</b>	<b>Ocup.</b>	<b>0,8</b>	0,6	0,5	0,3	0,2	<b>0,5</b>
	<b>Renda</b>	<b>0,9</b>	0,7	0,6	0,4	0,2	<b>0,6</b>
<b>Lazer</b>	<b>Ocup.</b>	5,2	8,8	<b>10,1</b>	9,5	7,1	<b>9,1</b>
	<b>Renda</b>	8,2	13,5	<b>15,5</b>	14,6	11,0	<b>14,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD

As evidências encontradas mostraram que mais de 50% dos ocupados e da renda total do trabalho no setor de turismo no Brasil e todas as suas regiões geográficas são oriundas do segmento de alimentação, atividade não exclusiva da demanda turística. O segundo ramo de atividade mais relevante no núcleo do turismo é o de transporte rodoviário de passageiros que no Brasil atingiu um peso de 26,1%, em 2008. Seguindo a ordem de maior relevância para o agrupamento turístico no país, destaca-se a participação das atividades de lazer, meios de hospedagem, agências de viagem, transporte aéreo e aluguel de veículos.

No Brasil, os segmentos de lazer, aluguel de veículos e agências de viagens apresentaram remunerações acima da média das demais atividades, por isso, os pesos na renda do trabalho desses setores foram maiores do que as contribuições no total de empregos turísticos.

Entre as regiões brasileiras, o Norte obteve a maior parcela de participação das atividades de alimentação no núcleo do turismo, correspondendo a 60,8% no total de ocupações e 57,1 % na renda, percentuais acima da média brasileira. Já o Nordeste foi a região com maior peso relativo do transporte rodoviário de passageiros e, ao mesmo tempo, a menor participação do transporte aéreo. Certamente, tais diferenças refletem o perfil da demanda da população nordestina e o baixo poder econômico regional.

A participação relativa das atividades de lazer foi mais forte na região Sudeste do país, responsável por 10,1% da mão-de-obra turística e por 15,5% da renda do trabalho. Entre as atividades de lazer, destacam-se as atividades artísticas e de espetáculos que estão fortemente concentradas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Os meios de hospedagem, atividade exclusiva do turismo, obtiveram seus maiores percentuais no núcleo turístico da região Centro-Oeste, mais de 8%, com valores muito próximos aos encontrados na região Sul do Brasil. Uma justificativa é que o Centro-Oeste possui a região do pantanal que tem se tornado um grande atrativo turístico nos últimos anos, enquanto o Sul é a segunda região mais receptora de turista no âmbito nacional.

A posição das atividades aéreas foi basicamente a mesma para o Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, em torno de 1% no total de ocupados e na renda do trabalho, a única exceção foi o Nordeste, com um valor muito abaixo das outras regiões, 0,4%. No segmento de agência de viagens, que no Brasil atingiu uma participação de menos de 2%, o Sul e o Centro-Oeste obtiveram valores acima da média nacional. Por fim, a atividade de aluguel de veículo apresentou baixa participação no núcleo do turismo, menos de 1% em todas as regiões, porém obteve o maior percentual no Norte.

O núcleo de turismo também foi analisado para os principais destinos turísticos do Brasil, de acordo com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), como pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5– Participação (%) de cada atividade do núcleo do turismo no total do emprego e da renda do setor dos principais estados receptores de turistas – 2008

	Hospedagem		Alimentação		Transporte Rodoviário de Passageiros		Transporte Aéreo		Agências de Viagens		Aluguel de Veículos		Lazer	
	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda	Ocup.	Renda
AM	4,9	4,7	<b>64,8</b>	<b>61,9</b>	25,8	26,9	0,3	0,3	1,2	1,3	0,0	0,0	3,1	4,9
PA	4,9	4,6	61,0	57,5	27,3	28,0	0,8	0,8	0,5	0,5	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>	4,9	7,7
CE	3,9	3,6	<b>63,4</b>	<b>58,7</b>	22,6	22,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,1	0,1	8,4	13,1
RN	7,1	6,5	50,0	45,9	<b>30,7</b>	<b>30,7</b>	0,9	1,0	0,9	1,0	<b>2,8</b>	<b>3,4</b>	7,5	11,6
PE	5,3	4,8	51,8	47,2	<b>31,3</b>	<b>31,1</b>	0,6	0,6	1,1	1,1	0,3	0,3	9,7	14,8
BA	6,3	5,8	57,4	53,0	26,4	26,6	0,1	0,1	1,1	1,2	0,5	0,6	8,3	12,8
MG	7,9	7,3	56,3	52,1	25,3	25,5	0,4	0,5	1,8	1,9	0,5	0,6	7,8	12,1
RJ	5,5	5,0	50,4	45,7	30,6	30,3	1,0	1,1	1,4	1,5	0,5	0,6	10,5	15,9
SP	4,7	4,3	56,3	51,0	24,1	23,8	1,4	1,4	1,9	1,9	0,4	0,5	<b>11,2</b>	<b>17,0</b>
PR	8,2	7,5	53,6	49,2	25,0	25,0	0,4	0,4	<b>3,4</b>	<b>3,6</b>	0,4	0,5	9,0	13,8
SC	<b>11,5</b>	<b>10,7</b>	57,7	54,0	20,7	21,1	0,9	0,9	2,2	2,4	0,4	0,5	6,6	10,3
RS	7,1	6,5	54,8	49,6	22,7	22,4	1,6	1,7	2,0	2,1	0,2	0,3	<b>11,6</b>	<b>17,5</b>
MS	<b>12,0</b>	<b>11,2</b>	58,6	54,5	18,3	18,5	<b>1,9</b>	<b>2,0</b>	1,0	1,0	0,0	0,0	8,2	12,7
DF	5,6	5,2	55,1	50,9	26,2	26,4	<b>2,2</b>	<b>2,3</b>	<b>2,9</b>	<b>3,1</b>	0,5	0,6	7,5	11,6
<b>BR</b>	<b>6,2</b>	<b>5,7</b>	<b>55,6</b>	<b>51,0</b>	<b>26,1</b>	<b>26,1</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>1,7</b>	<b>1,8</b>	<b>0,5</b>	<b>0,6</b>	<b>9,1</b>	<b>14,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

A partir do exame dos núcleos de turismo nos principais destinos turísticos brasileiros contidos na Tabela 5, foi possível compreender melhor os resultados anteriormente explorados para as regiões do Brasil. Primeiramente, os estados com as maiores parcelas do setor de alimentação no agrupamento turístico foram Amazonas e Ceará, cujos valores ficaram muito acima da média observada para o país. O estado do Amazonas exibe e colabora com a característica da região Norte de apresentar a presença mais elevada do segmento de alimentação no núcleo do turismo.

Em relação ao transporte rodoviário de passageiros, os estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco alcançaram os maiores percentuais, e contribuíram fortemente para que o Nordeste atingisse a primeira posição no que diz respeito à participação desse segmento no setor turístico.

Os pesos mais elevados das atividades de lazer no núcleo de turismo foram encontrados nos estados de São Paulo e no Rio Grande do Sul, que tiveram participações no total de ocupados um pouco maior do que 11%, e corresponderam em torno de 17% da renda total do trabalho.

Os estados do Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina lideraram nas contribuições do setor de hospedagem no turismo com participações quase o dobro da média do país, o que reafirmou a forte presença relativa desse segmento nas regiões Centro-Oeste e Sul.

As atividades aéreas tiveram maior destaque no núcleo de turismo de Brasília e Mato Grosso do Sul, cerca de 2% da mão-de-obra e rendimento gerado pelas ocupações. Concluindo, o último segmento considerado foi a de aluguel de veículos, o qual foi mais significativo no Rio Grande do Norte, em que obteve peso quase seis vezes da participação observada no país. O do Rio Grande do Norte é conhecido pelas suas dunas e passeios de *buggy* na região, e isso corrobora com a elevada participação do aluguel de veículos no núcleo do turismo no estado.

### 3.2. O núcleo “puro” do turismo no Brasil

A avaliação acima pode ser ainda mais completa se for considerado apenas o núcleo “puro”, composto pelas atividades exclusivas do setor: meios de hospedagem, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo e agências de viagens. A utilização desse núcleo mais restrito é interessante porque informa a participação das atividades que apenas existem devido à demanda turística. Desta forma, neste trabalho o núcleo “puro” foi analisado no país, regiões, principais UFs receptoras de turistas e regiões metropolitanas, para o ano de 2008. A Tabela 6 mostra os primeiros resultados para o Brasil e regiões.

**Tabela 6– Participação (%) do núcleo “puro” nas ocupações e renda total do trabalho do turismo e da economia, por região – 2008**

Região	Turismo		Economia	
	Ocupações	Renda	Ocupações	Renda
Norte	33,2	33,7	2,3	2,0
Nordeste	<b>36,1</b>	<b>35,7</b>	2,1	2,3
Sudeste	34,4	33,9	2,4	2,1
Sul	35,3	34,7	1,7	1,6
Centro-Oeste	33,8	33,8	2,1	1,7
<b>Brasil</b>	<b>34,9</b>	<b>34,4</b>	<b>2,2</b>	<b>2,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

O núcleo “puro” do turismo foi equivalente a 34,9% do total de ocupados e a 34,4% da renda do trabalho gerada pelas atividades do setor, em 2008. Esses valores baixos, menos de

50% do núcleo total, já eram esperados, devido à forte influência do segmento de alimentação no núcleo total. Além disso, percebe-se que ao considerar apenas o núcleo “puro”, as participações no total da mão-de-obra empregada ficam mais próximas dos pesos na renda gerada por essas ocupações, tanto no Brasil como na maior parte das regiões. O Nordeste se destaca entre as regiões por exibir os maiores valores do núcleo “puro”, porém não muito superiores à média nacional e aos valores observados nas demais regiões.

O peso do núcleo “puro” do turismo no total de ocupados no Brasil atingiu 2,2% e 2% da renda do trabalho. Essas estatísticas ficaram muito próximas dos valores encontrados nas regiões, com exceção do e o Centro-Oeste (somente na renda). O Sul do Brasil foi a região que apresentou os menores valores do núcleo total do turismo no total de ocupados e renda. De fato, por se tratar da segunda maior região econômica do país, a importância do turismo na localidade torna-se menos relevante diante setores mais desenvolvidos.

Entre os principais destinos turísticos brasileiros, o núcleo “puro” do turismo apresentou maiores significâncias no Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Pernambuco, como pode ser visto a partir da Tabela 7.

**Tabela 7 – Participação (%) do núcleo “puro” nas ocupações e renda total do trabalho do turismo e da economia, por principais destinos turísticos – 2008**

UF	turismo		Economia	
	Ocupações	Renda	Ocupações	Renda
AM	32,2	33,2	2,7	2,5
PA	33,5	33,9	2,4	2,0
CE	28,1	28,0	1,7	1,7
RN	<b>39,6</b>	<b>39,2</b>	2,7	2,5
PE	<b>38,3</b>	<b>37,6</b>	2,5	2,4
BA	33,9	33,7	2,3	2,7
MG	35,4	35,2	2,1	2,0
RJ	<b>38,5</b>	<b>37,9</b>	<b>3,9</b>	<b>3,2</b>
SP	32,1	31,4	2,1	1,7
PR	37,0	36,5	2,0	1,7
SC	35,3	35,1	1,6	1,4
RS	33,4	32,7	1,6	1,5
MS	33,2	32,7	1,8	1,3
DF	36,9	37	2,8	1,7
<b>BR</b>	<b>34,9</b>	<b>34,5</b>	<b>2,2</b>	<b>2,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

De acordo com a Tabela 7, no Rio Grande do Norte, o núcleo “puro” do turismo teve uma participação de aproximadamente 40% na mão-de-obra e renda do trabalho no total do agrupamento. Esses valores foram próximos aos observados em Pernambuco e no Rio de

Janeiro. Desta forma, um aumento do setor de turismo nessas localidades está menos sujeito às variações das demandas da população local. O núcleo “puro” do Ceará obteve a menor peso no núcleo total do turismo, com percentuais muito abaixo dos observados para o país e os demais destinos turísticos, ao redor de 28% no total das ocupações e rendimento do trabalho.

Em 2008, entre as regiões metropolitanas brasileiras (incluindo Brasília), a RM de Belém ficou na primeira colocação com o maior peso do núcleo “puro” no total das ocupações e renda, seguida da RM de Belo Horizonte e da RM de Porto Alegre, de acordo com as informações contidas na Tabela 8. Os menores valores ainda permaneceram no estado do Ceará, na Região metropolitana de Fortaleza.

**Tabela 8 – Participação (%) do núcleo “puro” no total nas ocupações e renda do trabalho do turismo e da economia por RM – 2008**

Região Metropolitana	Turismo		Economia	
	Ocupações	Renda	Ocupações	Renda
Belém - PA	<b>39,4</b>	<b>39,4</b>	3,5	2,8
Fortaleza - CE	27,2	27,0	2,1	1,8
Recife - PE	35,5	34,7	3,5	2,7
Salvador - BA	31,5	30,9	3,5	2,9
Belo Horizonte - MG	38,5	38,4	3,2	2,9
Rio de Janeiro - RJ	36,2	35,3	3,8	3,1
São Paulo - SP	33,6	32,6	2,7	2,1
Curitiba - PR	36,9	37,2	2,8	2,1
Porto Alegre - RS	38,4	37,4	2,7	2,1
Brasília - DF	36,9	36,9	2,8	1,7
<b>Brasil</b>	<b>34,9</b>	<b>34,5</b>	<b>2,2</b>	<b>2,0</b>

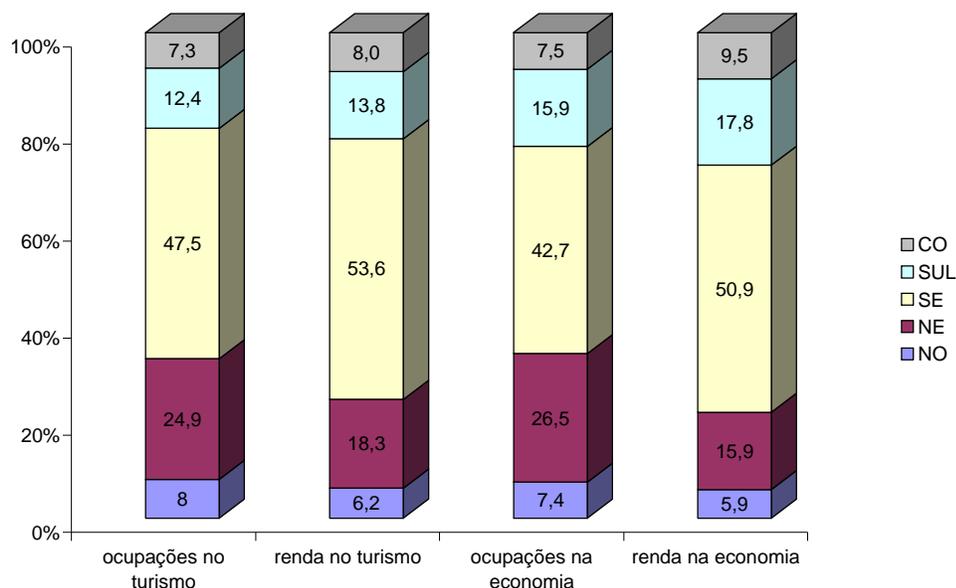
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

### 3.3. A distribuição regional das atividades do turismo no Brasil

Até o presente momento, foram levantadas evidências sobre a magnitude econômica do turismo nas regiões, estados e regiões metropolitanas do Brasil. Além dessas informações, torna-se indispensável perceber como as atividades turísticas estão distribuídas internamente entre regiões e estados brasileiros, e ainda, internamente, entre os meios rural, urbano e metropolitano.

Com este intuito, já na Figura 1, a seguir, são apresentadas as distribuições das ocupações e da renda do trabalho das atividades do turismo entre as regiões geográficas do país para o ano de 2008. Em auxílio à análise, também são apresentadas as mesmas distribuições considerando as ocupações e renda do trabalho de toda a economia brasileira, para o referido ano.

**Figura 1 - Distribuição das ocupações e da renda do trabalho no turismo e na economia entre as regiões do país – 2008**



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

Como se pode perceber através da Figura 1, as ocupações e renda do trabalho geradas no setor turístico estão fortemente concentradas no Sudeste, inclusive com participações superiores ao peso dessa região na economia como um todo. Enquanto o Sudeste foi responsável por 47,5% da mão-de-obra empregada no turismo e a 53,6% da renda do trabalho no setor, suas participações na economia atingiram valores menores, 42,7% do total de ocupados e a 50,9% da renda do trabalho, em 2008. Isso é decorrente do fato de que a região Sudeste concentra os principais destinos turísticos do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo, e, ainda, porque o núcleo do turismo engloba atividades não exclusivas do setor, como os serviços dos restaurantes, fortemente concentrados nessa região.

O Nordeste é a segunda região com maior importância na economia do turismo, porém sua participação no total de empregos do setor no país, 24,9%, ficou abaixo da sua contribuição no total das ocupações na economia brasileira, 26,5%. Entretanto, no que se

refere à participação na renda total do trabalho, a região obteve expressão mais elevada no turismo, 18,3%, do que na economia, 15,9%.

A região Sul do Brasil é a terceira mais representativa no emprego e renda do turismo. Todavia, sua participação na economia é mais elevada. O Sul ocupa a segunda posição no total da renda do trabalho no país e ao terceiro lugar no total da mão-de-obra.

O Norte atingiu o quarto lugar no total das ocupações no turismo e o Centro-Oeste ficou na última posição. Porém, em relação à renda total do trabalho no setor, as posições entre essas regiões ficam invertidas.

O exame da distribuição das ocupações e renda do trabalho também foi realizado para os 14 principais estados receptores de turistas no Brasil. Percebeu-se que, em 2008, essas UFs corresponderem cerca de 90% da economia do turismo e da economia como um todo, conforme pode ser visto na Tabela 9, a seguir.

**Tabela 9- Distribuição das ocupações e da renda do trabalho no turismo e na economia entre principais destinos turísticos– 2008**

UF	Turismo		Economia	
	ocupações	renda do trabalho	ocupações	renda do trabalho
<b>AM</b>	2,0	1,7	1,5	1,3
<b>PA</b>	4,0	2,7	3,5	2,6
<b>CE</b>	4,1	2,6	4,4	2,5
<b>RN</b>	1,7	1,3	1,6	1,1
<b>PE</b>	4,2	3,0	4,0	2,6
<b>BA</b>	<b>8,2</b>	<b>6,5</b>	<b>7,5</b>	<b>4,6</b>
<b>MG</b>	<b>10,5</b>	<b>9,9</b>	<b>11,0</b>	<b>10,0</b>
<b>RJ</b>	<b>12,3</b>	<b>14,3</b>	<b>7,7</b>	<b>9,5</b>
<b>SP</b>	<b>22,9</b>	<b>27,6</b>	<b>22,0</b>	<b>29,6</b>
<b>PR</b>	5,1	5,5	6,0	6,8
<b>SC</b>	2,6	3,0	3,6	4,3
<b>RS</b>	4,7	5,4	6,3	6,7
<b>MS</b>	1,1	1,0	1,3	1,4
<b>DF</b>	1,6	2,3	1,3	2,9

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

Assim como ocorre na economia como um todo, São Paulo é a localidade com maior participação nas ocupações e renda do trabalho gerada pelo turismo no país. Porém, o peso do estado no setor turístico supera a sua participação na economia apenas na geração de empregos, que atingiu 22,9% contra 22% na economia, o que significa que de fato há outras atividades de maior valor agregado na economia paulista.

O Rio de Janeiro é a segunda UF mais representativa no turismo, com participações no setor muito superior ao que ocorre na totalidade da economia, na qual o estado ficou na

terceira posição, logo atrás de Minas Gerais. Em relação ao total de ocupados, o estado do Rio de Janeiro obteve 12,3% no turismo e 7,7% na economia. Esses percentuais são mais elevados na renda total do trabalho, 14,3% e 9,5%, respectivamente.

Minas Gerais é o terceiro estado mais importante na economia do turismo e o segundo na economia como um todo. A Bahia vem logo em seguida, em termos de maior relevância no setor turístico e na economia, e se afirma como a principal representante do Nordeste.

O estado da região Sul que tem maior expressividade tanto no turismo quanto no total da economia é o Rio Grande do Sul. Na região Centro-Oeste, o Distrito Federal é a localidade entre os principais destinos de maior relevância econômica no turismo nacional. Por fim, o Pará, é o estado do Norte que possui a maior magnitude do setor turístico no país e que também apresenta a maior participação na economia brasileira.

### 3.4. Evolução do setor turístico no Brasil

Na última parte deste capítulo foi realizada uma análise da evolução das atividades do turismo durante o período 2002-2008. Para isso, foram calculadas as participações do turismo na economia e renda total do trabalho de cada região brasileiras nos anos de 2002, 2005 e 2008, conforme pode ser observado na Tabela 10.

**Tabela 10- Evolução da participação do turismo no total de Ocupações e no total da renda do trabalho da economia**

	2002		2005		2008	
	ocupações	renda	ocupações	renda	ocupações	renda
Norte	6,9	5,5	6,0	5,5	6,8	6,0
Nordeste	5,4	6,3	5,4	6,2	5,9	6,4
Sudeste	7,1	6,4	6,8	5,9	7,0	6,1
Sul	4,8	5,0	4,5	5,0	4,9	4,5
Centro-Oeste	5,9	4,9	6,0	4,8	6,1	4,9
Brasil	6,2	6,0	5,9	5,7	6,3	5,7

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

As variações do peso das ocupações e renda do trabalho do turismo na economia apresentadas na Tabela 10 foram praticamente estáveis entre 2002 e 2008, o que significa que o setor conseguiu ter um crescimento médio próximo aos demais segmentos de atividades econômicas no país.

O comportamento do setor no total da mão-de-obra exibiu um “leve” incremento nas regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, na comparação de 2008 com 2002. Já em relação à renda do trabalho, esse desempenho ficou ainda mais limitado e só foi observado no Norte e Nordeste.

Com o intuito principal de perceber o comportamento das regiões brasileiras no total das ocupações e renda do trabalho no setor turístico nos últimos anos, as tabelas 11 e 12 contêm as participações regionais no total das ocupações e renda do trabalho geradas no setor.

**Tabela 11 – Participação (%) das regiões do Brasil no total das ocupações no turismo do país**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Norte</b>	5,8	5,8	6,8	7,6	7,4	7,6	8,0
<b>Nordeste</b>	23,9	23,6	24,4	24,3	24,6	24,1	24,9
<b>Sudeste</b>	49,9	50,5	48,8	48,5	48,1	47,6	47,5
<b>Sul</b>	13,3	13,2	12,7	12,4	12,7	13,2	12,4
<b>Centro-Oeste</b>	7	6,9	7,2	7,2	7,2	7,5	7,3

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

**Tabela 12 – Participação (%) das regiões do Brasil no total da renda do trabalho no turismo**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Norte</b>	4,2	4,8	5,5	5,6	5,7	6,4	6,2
<b>Nordeste</b>	15,5	15,7	15,3	16,2	17,3	16,7	18,3
<b>Sudeste</b>	58,8	57,3	56,2	55	54,9	53,3	53,6
<b>Sul</b>	14,4	14,7	16,1	15,9	14,5	15,2	13,8
<b>Centro-Oeste</b>	7,1	7,5	6,9	7,3	7,5	8,4	8,0

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

Durante o período analisado, verificou-se que houve uma desconcentração do total das ocupações no turismo, que ficou mais favorável às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em detrimento do Sudeste e Sul. Por conseguinte, entre 2002 e 2008, a participação do Norte no total da mão-de-obra do setor país teve um aumento de 2,2%, enquanto o Nordeste cresceu 1% e o Centro-Oeste apenas 0,3%. Esse “movimento tímido” das atividades do turismo a favor das regiões menos desenvolvidas do país pode ser interpretado como uma característica positiva do setor na redução das desigualdades regionais.

Assim, ficou evidenciado que houve uma maior distribuição das remunerações da mão-de-obra entre as regiões em comparação ao observado nas ocupações. A região que mais se beneficiou foi o Nordeste, com um aumento de 2,8% na sua participação. O Norte obteve um crescimento de 2% e o Centro-Oeste conquistou um peso 0,9% superior ao de 2002.

A tendência da economia do turismo, de menor concentração nas regiões mais ricas do país nos últimos anos aponta os primeiros indícios dos benefícios do setor na diminuição das disparidades de renda entre as regiões do país.

Na conclusão da evolução da economia do turismo no Brasil foram calculados os números de ocupados no setor turístico entre os anos 2002 e 2008, apresentada na Tabela 13. No período, a mão-de-obra alocada no setor cresceu 21,9% no país e atingiu 5.815.470 ocupados no último ano.

**Tabela 13 - Evolução do número total de ocupações no turismo no Brasil e nas suas macrorregiões**

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	278.685	252.922	341.175	387.510	406.630	420.827	462.346
Nordeste	1.141.195	1.033.385	1.218.927	1.244.700	1.349.907	1.329.886	1.450.881
Sudeste	2.379.262	2.210.583	2.441.506	2.488.498	2.637.042	2.628.195	2.761.649
Sul	636.836	579.996	636.057	635.824	695.397	731.301	718.779
Centro-Oeste	335.084	304.061	361.863	370.521	393.069	412.875	421.815
<b>Brasil</b>	<b>4.771.062</b>	<b>4.380.947</b>	<b>4.999.528</b>	<b>5.127.053</b>	<b>5.482.045</b>	<b>5.523.084</b>	<b>5.815.470</b>

Fonte: elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

Entre as regiões, as maiores taxas de crescimento do emprego no turismo durante o período foram registradas no Norte, 65,9%, no Nordeste, 27,1% e no Centro-Oeste, 25,9%. As regiões Sudeste e Sul apresentaram aumentos mais limitados na geração de mão-de-obra no setor, como era previsto. No Sudeste, o aumento no total da mão-de-obra nas atividades turísticas entre 2002 e 2008 atingiu 16,1%, e no Sul esse percentual foi de 12,9%. Essas estatísticas complementam as informações anteriormente discutidas sobre a distribuição inter-regional das atividades do turismo, que nos últimos anos apresentou uma tendência mais favorável às regiões mais pobres do país.

## **4. UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS GASTOS EM TURISMO NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS**

O capítulo anterior apresentou algumas informações importantes sobre a contribuição do setor de turismo na economia brasileira. Desta forma, foi possível ter um dimensionamento da magnitude das atividades voltadas para a oferta de serviços aos turistas no país, o que caracteriza uma análise sob a ótica da oferta. Neste capítulo, a abordagem passa a ser sob o prisma da demanda, mais precisamente uma investigação sobre os gastos em turismo realizados nos domicílios do país.

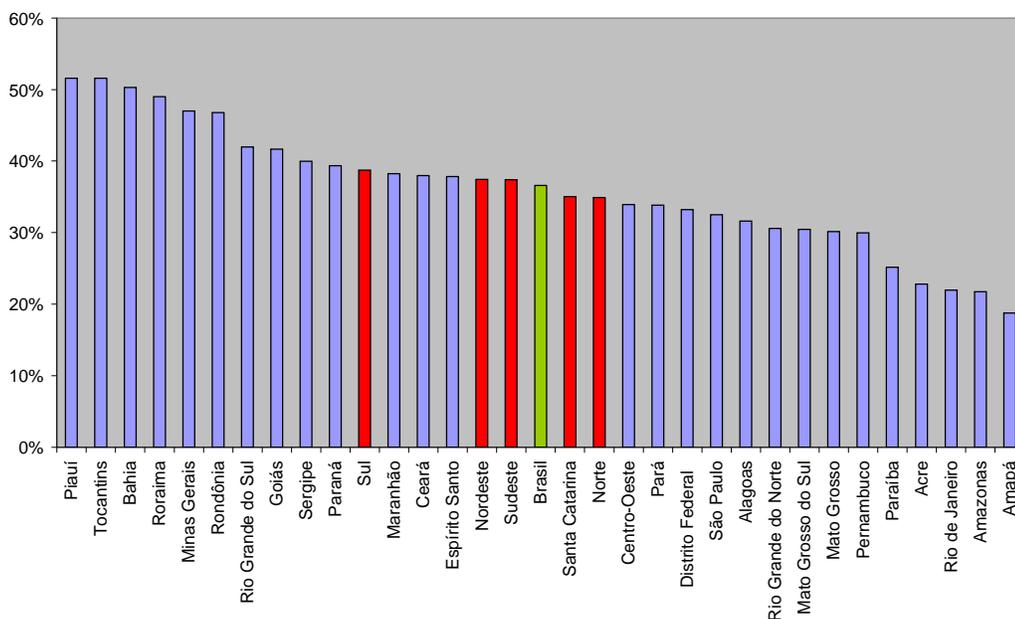
Os gastos em turísticos realizados por cada domicílio brasileiro será a unidade de observação utilizada neste tópico, ou seja, as observações não são individuais. Além disso, a composição de cada grupo de produtos turísticos seguiu a mesma definição adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que facilita em comparações posteriores. As despesas em turismo foram segmentadas nos seguintes produtos: combustível de veículo, alimentação, alojamento, navio, avião, barco, ônibus urbano, ônibus intermunicipal, ônibus interestadual, ônibus internacional, pedágio, táxi, aluguel de veículos, agregado e demais produtos (nesta categoria estão inclusos guia turísticos, carregador de bagagens, taxas e outros tipos de transportes não especificados anteriormente).

A estrutura deste capítulo foi definida da seguinte forma. A próxima seção contém um levantamento sobre a proporção de domicílios que tem gastos em turismo no país, regiões, estados e regiões metropolitanas. A seção 2 traz informações desagregadas dos gastos em turismo por cada produto no Brasil. Na seção 3 é analisada a distribuição do total das despesas em turismo entre as regiões e estados brasileiros. Na seção 4, mostram-se as participações dos gastos em turismo no total das despesas domiciliares. A seção 5 apresenta as magnitudes desses gastos. Para finalizar, na seção 6 são levantadas evidências sobre as desigualdades nos gastos em turismo entre os domicílios.

### **4.1. Domicílios brasileiros com gastos em turismo**

No Brasil, 36,6% dos domicílios realizaram algum gasto turístico entre 2002 e 2003, de acordo com os dados da POF. A Figura 2, a seguir, mostra o percentual dos domicílios que realizaram algum tipo de gasto turístico em viagens não-rotineiras por Região e Unidades da Federação (UF) no período 2002-2003.

**Figura 2 – Proporção dos domicílios que realizaram algum gasto em turismo, por Região e UF**



Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

Os resultados encontrados apontaram o Sul do país como a região com maior parcela de domicílios que realizaram algum gasto em turismo, 38,7%. O Nordeste e o Sudeste apresentaram comportamentos semelhantes, com participações de 37,4%. E as regiões Norte e Centro-Oeste também ficaram próximas, com valores iguais a 34,9% e 33,9%, respectivamente. O maior destaque obtido pela região Sul, em relação às demais, tem diversas justificativas plausíveis. A primeira é que o Sul do país tem a forte presença de descendentes estrangeiros, devido ao seu processo de colonização, o que induz a sua população a realizar viagens. Outro aspecto, não menos importante, é o elevado poder aquisitivo regional. Associado a esse nível elevado de renda, tem-se a proximidade da região com outros países da América do Sul, o que estimula ainda mais a população local a realizar gastos em turismo.

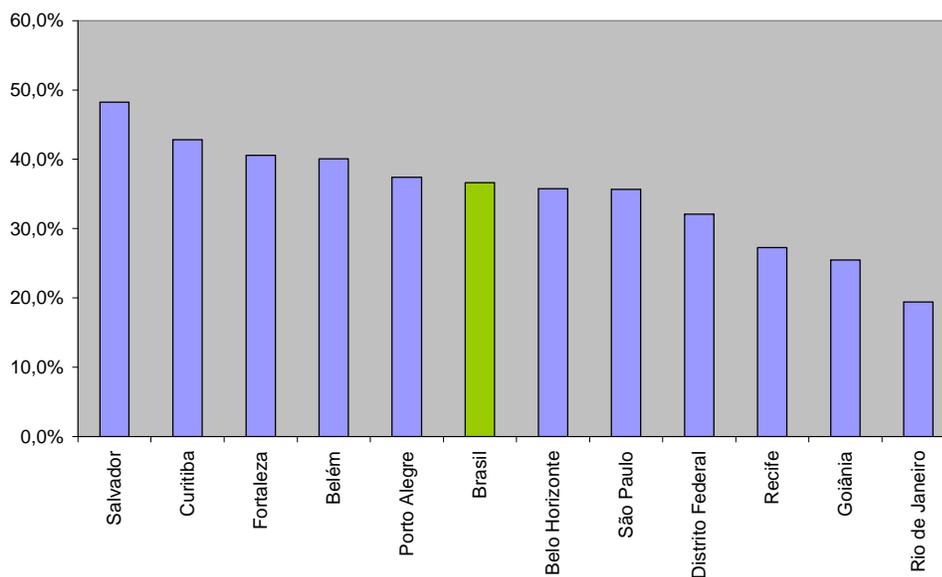
Os resultados encontrados são muito próximos das estatísticas obtidas no estudo “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil-2006” (FIPE e Ministério do Turismo, 2007) que indicam um percentual de 36,7% da parcela dos domicílios

urbanos brasileiros (renda familiar acima de 1 salário mínimo) que realizaram algum tipo de viagem em 2001 e 37,3% em 2005.

Entre os estados brasileiros que apresentaram os maiores percentuais de domicílios com algum consumo turístico destacam-se Piauí, Tocantins e Bahia, com os maiores valores, e Pernambuco, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com as menores participações. Essas informações obtidas tornam-se um pouco surpreendentes, pois mostram elevadas participações relativas de estados que pertencem às regiões mais pobres do país, o Norte e o Nordeste. Uma possível explicação vem do fato desses estados do Norte e Nordeste apresentarem um histórico de migração elevada e, por isso, há uma quantidade significativa de parentes dessas populações em todo país, o que gera motivação para viajar.

A Figura 3 contém os percentuais dos domicílios nas regiões metropolitanas (incluindo o Distrito Federal e Goiânia) que tiveram algum gasto turístico.

**Figura 3– Proporção dos domicílios que realizaram algum gasto em turismo, por Região Metropolitana**



Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

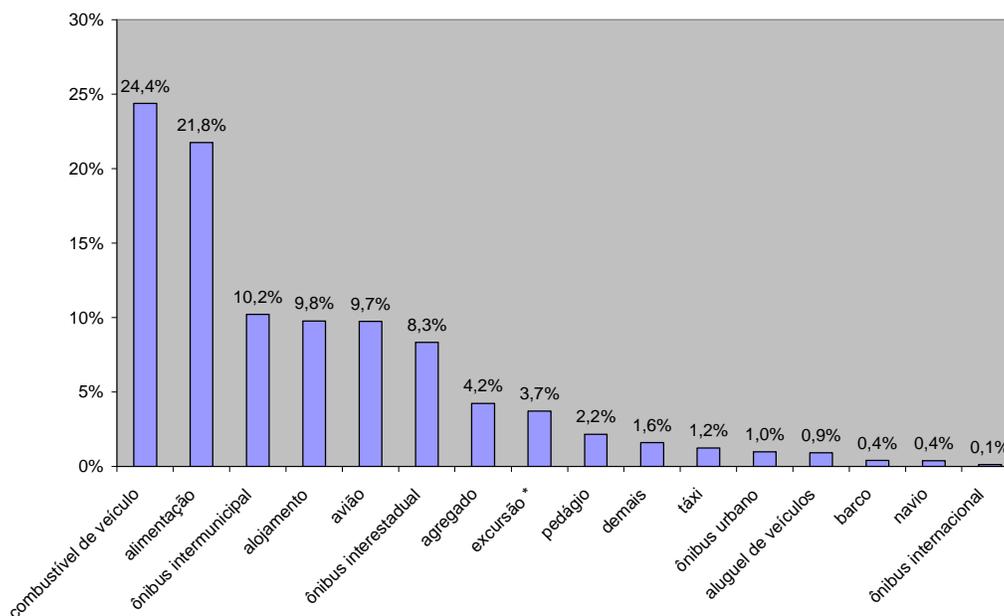
A análise da participação dos domicílios nas regiões metropolitanas que realizaram algum gasto turístico entre 2002 e 2003 destacou a RM de Salvador com a maior porcentagem, 48,2%. A menor participação foi observada na RM do Rio de Janeiro, 19,4%. Para entender melhor esses resultados, vale ressaltar que a maior parte do turismo doméstico nos estados brasileiros acontece dentro da própria UF, segundo levantamento do MTur (2007). Devido ao fato do estado da Bahia apresentar a maior extensão de litoral no país e

uma diversificação expressiva de destinos turísticos, a população da RM de Salvador tem um maior incentivo a demandar os produtos turísticos. Já o turismo no estado do Rio de Janeiro está bem concentrado na sua capital, e isso talvez seja uma explicação para a participação relativamente baixa dos domicílios de sua região metropolitana na realização de viagens.

#### 4.2. Decomposição dos gastos em turismo no Brasil

Nesta seção foram obtidas estimativas do valor total dos gastos em turismo em relação ao total das despesas domiciliares no período 2002-2003. Desta forma, ficou evidenciado que os gastos em turismo no Brasil corresponderam a 1,78% do total das despesas, equivalente a aproximadamente R\$17.000 milhões, entre 2002 e 2003. Entre os principais produtos turísticos no total de gastos dos domicílios brasileiros destacam-se: combustível de automóvel, com 24,4%; alimentação, com 21,8%; e ônibus intermunicipal, com 10,2%, conforme os resultados expostos a seguir na Figura 4.

**Figura 4 – Segmentação dos gastos em turismo nos domicílios brasileiros por produto em 2002-2003**



Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

\* Os gastos em excursão excluem excursões escolares.

A segmentação dos gastos em turismo no Brasil foi realizada entre as suas regiões geográficas, a partir da qual tornou possível perceber diferenças regionais existentes no consumo dos produtos turísticos.

**Tabela 14 – Segmentação dos gastos em turismo domiciliares nas regiões brasileiras**

<b>Produto Turístico</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
Alimentação	<b>21,8</b>	<b>22,7</b>	21,7	22,2	21,9	21,9
Combustível de Veículo	<b>24,4</b>	10,2	19,8	24,1	<b>32,4</b>	<b>32,4</b>
Alojamento	<b>9,8</b>	8,4	6,4	<b>11,0</b>	9,7	9,7
Navio	<b>0,4</b>	0,8	<b>1,9</b>	0,0	0,0	0,0
Avião	<b>9,7</b>	<b>17,4</b>	8,8	9,7	5,5	5,5
Barco	<b>0,4</b>	<b>4,4</b>	0,6	0,1	0,1	0,1
Ônibus Urbano	<b>1,0</b>	1,1	<b>1,5</b>	0,9	0,9	0,9
Ônibus Intermunicipal	<b>10,2</b>	12,2	<b>18,1</b>	8,1	9,7	9,7
Ônibus Internacional	<b>0,1</b>	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Ônibus Interestadual	<b>8,3</b>	<b>11,1</b>	10,1	7,5	6,5	6,5
Agregado	<b>4,2</b>	3,9	3,9	4,3	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>
Pedagio	<b>2,2</b>	0,1	0,2	3,1	2,6	2,6
Taxi	<b>1,2</b>	<b>2,9</b>	1,3	1,0	1,6	1,6
Aluguel De Veículos	<b>0,9</b>	0,9	<b>2,4</b>	0,4	1,1	1,1
Excursão	<b>3,7</b>	0,1	0,7	<b>6,3</b>	1,1	1,1
Demais	<b>1,6</b>	<b>3,6</b>	2,4	1,2	1,7	1,7

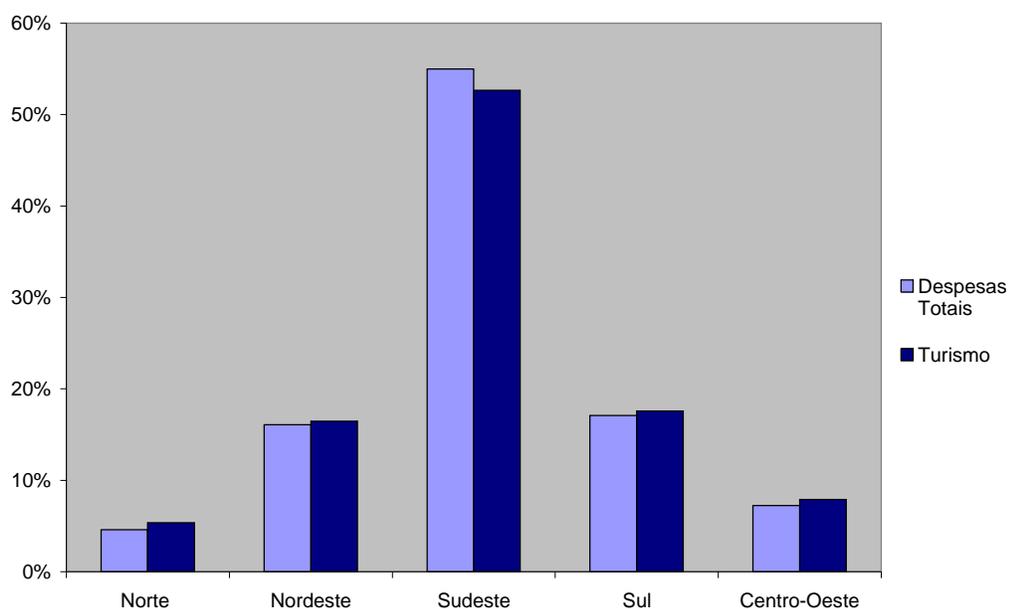
Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

De acordo com a Tabela 14, as maiores diferenças na composição do consumo turístico entre as regiões foram observadas nos gastos em combustíveis, resultante principalmente do gasto abaixo da média na região Norte, que pode ser explicado pelas dificuldades de acesso na região via terrestre, e das despesas elevadas deste item nas regiões Sul e Centro-Oeste, que possuem um sistema de rodovias mais desenvolvido. Outro segmento que teve variações consideráveis entre as regiões foi o referente às despesas com passagens de avião, relativamente mais importante no Norte do país, que também se destacou por apresentar a maior participação relativa na utilização de embarcações para realizar viagens. Por fim, outro produto também com diferença expressiva foi o ônibus intermunicipal, que obteve grande relevância nos gastos em turismo dos domicílios nordestinos, o que reflete o comportamento da população com a menor renda per capita regional do país.

#### **4.3. Distribuição dos gastos em turismo no Brasil**

Em relação à participação de cada região no total dos gastos turísticos domiciliares no Brasil, o Sudeste atingiu o maior percentual, 52,7%, seguido das regiões Sul com 17,6%, Nordeste, 16,5%, Centro-Oeste, 7,9%, e Norte, 5,4%. Esses resultados estão de acordo com o *ranking* da participação de cada uma das regiões no total das despesas. Entretanto, foi comprovado também que houve uma sobre-representação das regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, em detrimento do Sudeste, quando se compara as participações dessas localidades no total dos gastos em turismo em relação às despesas totais, como mostra a Figura 5.

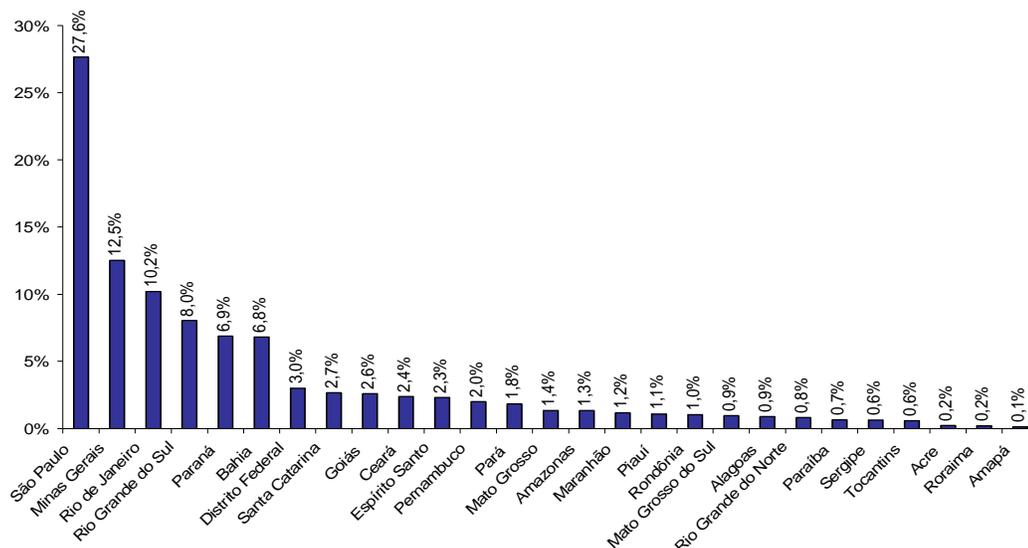
**Figura 5 – Segmentação do gasto total em turismo e das despesas totais no Brasil por Região em 2002-2003**



Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

Já nas contribuições de cada estado brasileiro no consumo total dos produtos turísticos, as maiores parcelas foram encontradas em São Paulo, 27,6%, Minas Gerais, 12,5% e Rio de Janeiro, 10,2%. Os estados do Sudeste apresentaram as maiores contribuições no total dos gastos em turismo, isso se justifica pelo elevado poder econômico da região. Entre as menores participações estão os estados do Norte, região de menor dinâmica econômica no país, como pode ser visto na Figura 6.

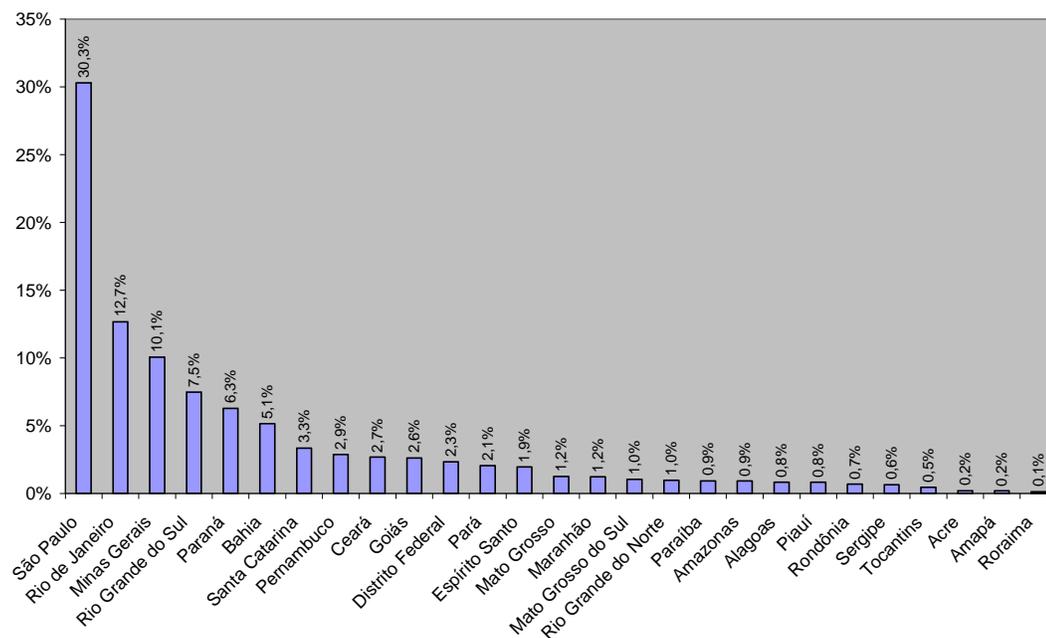
**Figura 6 – Segmentação do gasto total em turismo no Brasil por UF, em 2002-2003**



Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

As participações dos estados do Sudeste no gastos em turismo são menores se comparados com os pesos dessas UF's no total das despesas domiciliares brasileiras, como pode ser observado na Figura 7.

**Figura 7– Segmentação das despesas totais no Brasil por UF, 2002-2003**

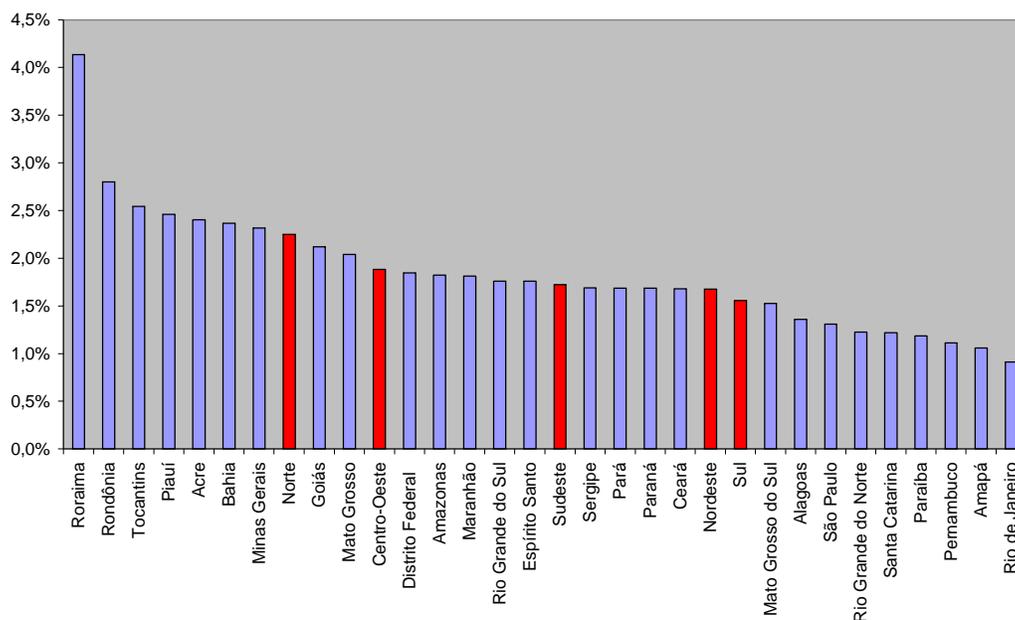


Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

#### 4.4. Os gastos em turismo no total das despesas domiciliares

No estudo dos gastos em turismo realizados nos domicílios brasileiros também é importante analisar a participação desses gastos no total das despesas por região e estado. Os resultados mostram que entre as regiões não houve diferenças muito significativas. O Norte exibiu a maior participação do consumo turístico no total das despesas, 2,2%, seguido do Centro-Oeste, 1,9%, Sudeste, 1,7%, Nordeste, 1,7% e Sul, 1,6%. A Figura 8 contém a participação dos gastos em turismo nos domicílios nas despesas totais das regiões e estados brasileiros.

**Figura 8– Participação dos gastos em turismo nas despesas totais domiciliares, por Região e UF**

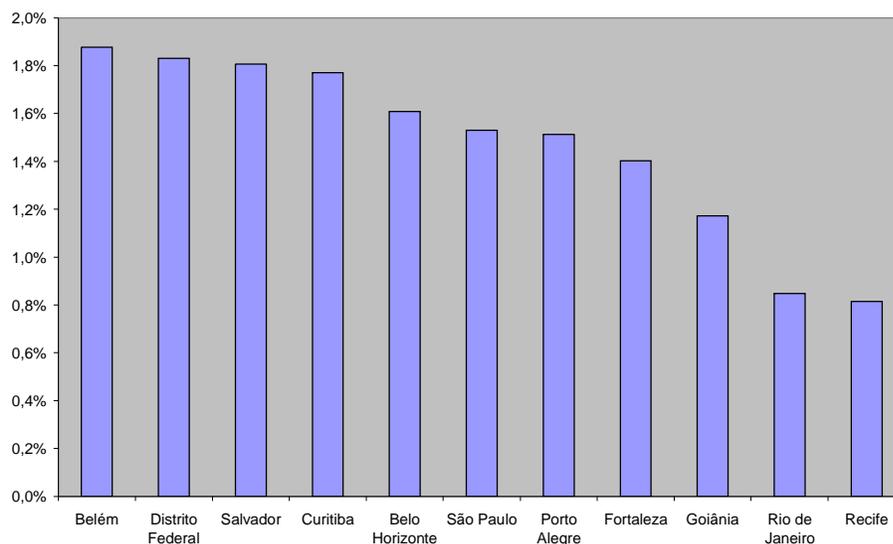


Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

Entre as UF's, Roraima apresentou a maior participação dos gastos em turismo no total das despesas, 4,1%, mais do que o dobro do valor observado no Brasil. O menor percentual foi verificado no estado do Rio de Janeiro, 0,9%. O estado de Roraima faz fronteira com duas UFs (Amazonas e Pará) e dois países (Venezuela e Guiana) o que pode gerar estímulos ao gasto em turismo. Já o Rio de Janeiro é um estado relativamente com poucos domicílios que realizam turismo, como foi anteriormente observado, e isso influencia a baixa participação dos gastos em turismo no total das despesas.

A mesma análise foi feita para as regiões metropolitanas. Desta forma foi constatado que a RM de Belém obteve o maior valor relativo dos gastos em turismo no total das despesas, 1,9%. Já a RM de Recife apresentou o menor percentual, 0,8%. O resultado encontrado para Belém ficou muito próximo aos da maioria das regiões metropolitanas. Porém, o desempenho da Região Metropolitana de Recife foi muito divergente da média encontrada entre as localidades. As possíveis razões estão baseadas na característica de baixa participação de domicílios com gastos em turismo na RM de Recife, e, além disso, do fato desses gastos serem muito limitados. Esta última informação será confirmada na próxima seção deste capítulo.

**Figura 9 – Participação dos gastos em turismo nas despesas totais domiciliares, por Região Metropolitana 2002-2003**



Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

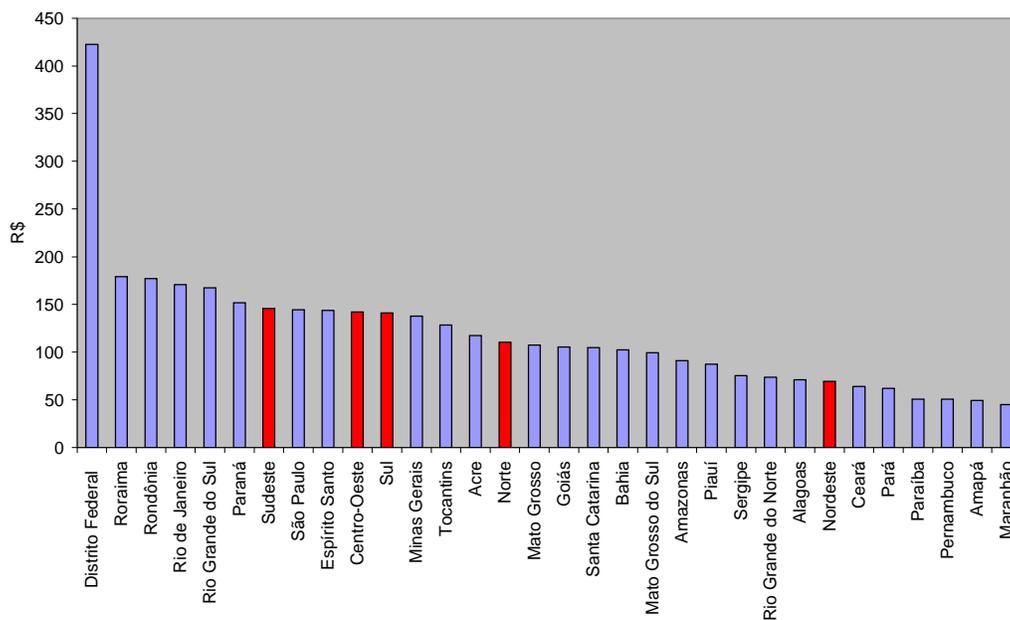
#### 4.5. As magnitudes dos gastos em turismo no Brasil

No desenvolvimento desta abordagem descritiva sobre os gastos em turismo nos domicílios brasileiros, foram levantados dados referentes ao valor médio *per capita* do consumo turístico no Brasil. Desta forma, constatou-se que no país o gasto médio *per capita* em turismo ficou em torno de R\$110,00. Esse valor é considerado muito baixo, mas faz sentido pois é a média tirada para o total população brasileira, ou seja, entre as pessoas que consumiram e aquelas que não tiveram nenhum gasto no segmento.

Nas regiões brasileiras, como já se esperava, o Sudeste apresentou o maior gasto turístico *per capita*, acima da média nacional, no valor de R\$145, 81. Em seguida, as regiões Centro-Oeste e Sul tiveram valores também próximos, R\$142,08 e R\$141, 27, na ordem. O Norte do país atingiu valores de gastos em turismo *per capita* em torno da média nacional, R\$110,00, e o Nordeste foi a região que obteve o menor gasto médio em turismo per capita, muito menor do que a média nacional e das demais regiões, R\$69,36.

A localidade que apresentou o maior gasto turístico *per capita* foi o Distrito Federal, um valor muito superior à média do país, R\$422,65. Isso ocorre, não apenas devido ao elevador poder aquisitivo da localidade, mas também pela elevada concentração de migrantes na localidade. Na última posição, ficou o estado do Maranhão que obteve um gasto *per capita* de R\$45,03. O Baixo valor observado no Maranhão é plausível, pois este é uma das UFs mais pobres do Brasil. A Figura 10, a seguir, mostra os gastos em turismo *per capita* por região e estado brasileiro, no período 2002-2003.

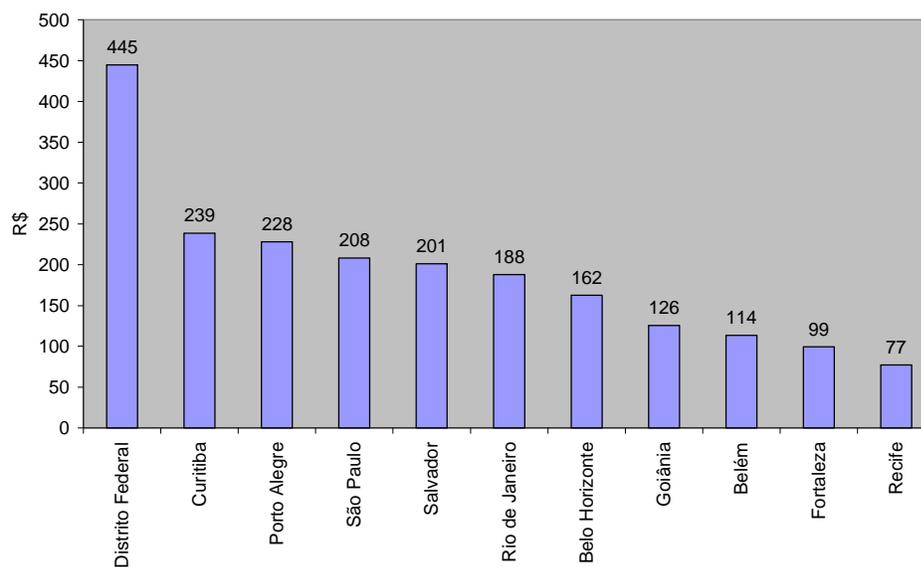
**Figura 10 – Gastos em turismo *per capita* anual por Região e UF, 2002-2003**



Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

Os gastos em turismo *per capita* nas regiões metropolitanas do Brasil (incluindo Distrito Federal e Goiânia) revelaram que o Distrito Federal e as RMs da região Sul apresentaram os maiores valores desses gastos, conforme mostra a Figura 11.

**Figura 11 – Gastos em turismo *per capita* anual por Região Metropolitana, 2002-2003**

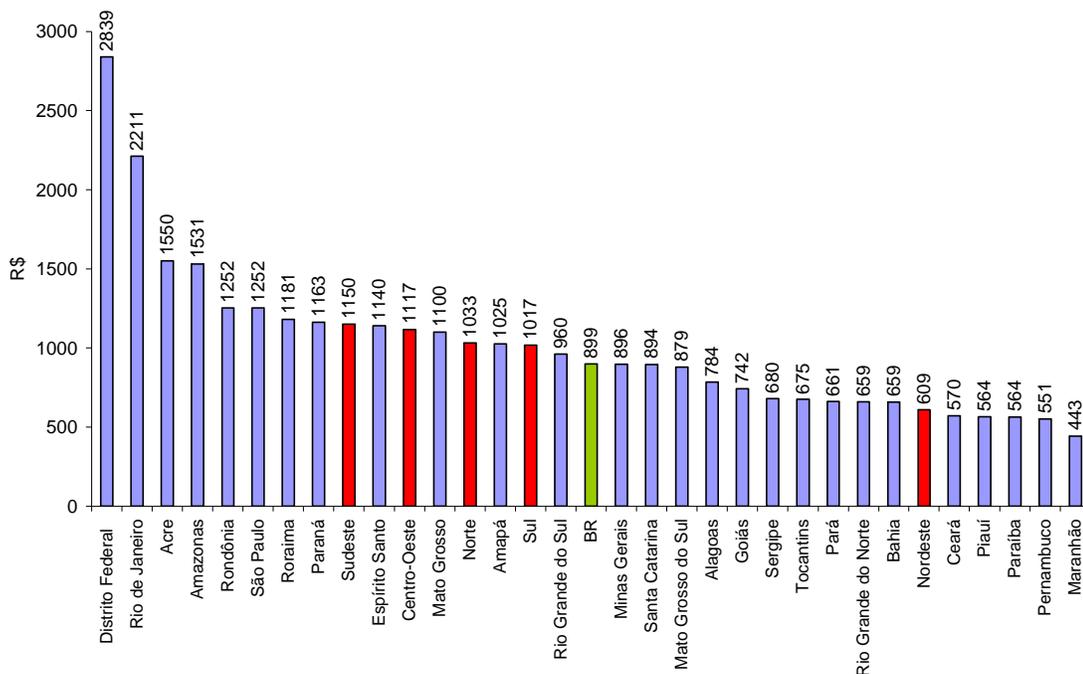


Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

O Distrito Federal apresentou um gasto *per capita* em turismo muito superior aos valores das demais regiões metropolitanas, R\$445, que foi equivalente a quase seis vezes a magnitude do menor dispêndio em produtos turísticos por pessoa entre as RMs, que foi observado em Recife.

Outra informação relevante explorada neste trabalho sobre os gastos em turismo no Brasil foi o gasto médio por domicílio e o *per capita* entre aqueles que realizaram algum consumo dos produtos turísticos. No Brasil, o gasto médio em turismo por domicílio com consumo no setor foi de R\$ 899,06, entre 2002 e 2003, o que correspondeu a um gasto *per capita* de R\$301. A seguir, na Figura 12 são apresentadas essas estatísticas para as regiões e UFs brasileiras.

**Figura 12 – Gastos médios anuais em turismo por domicílio nas regiões e UFs do Brasil, 2002-2003**



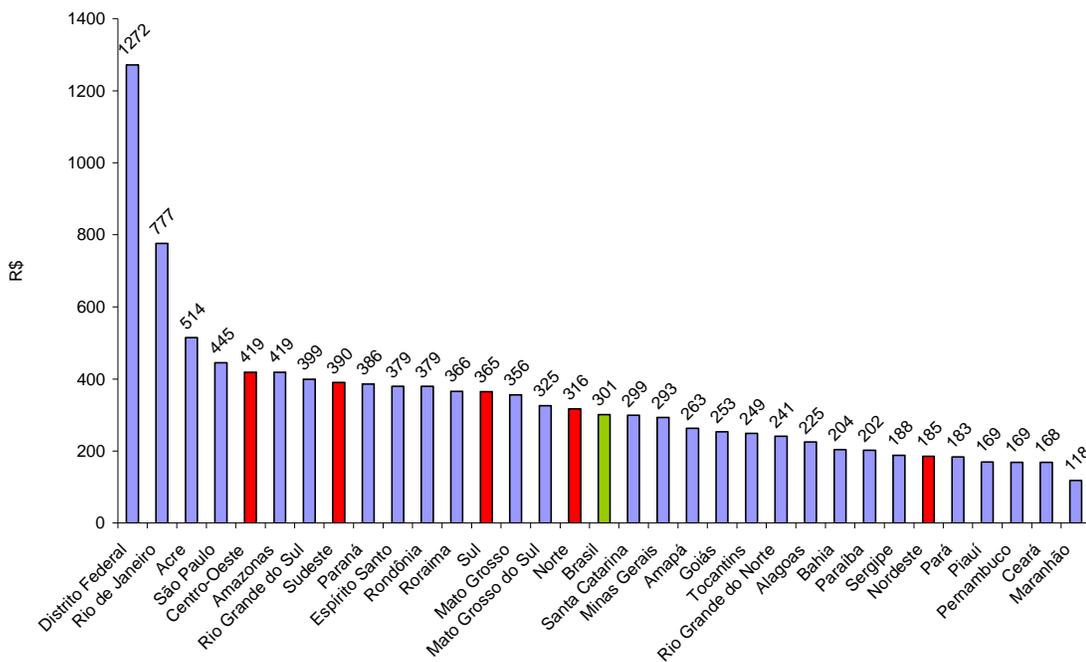
Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

Os gastos domiciliares médios em turismo nas regiões seguiram quase a mesma ordem dos gastos médios *per capita*, com o Sudeste na liderança, R\$1.150, seguido do Centro-Oeste, R\$1.117, Norte, R\$1.033, Sul, R\$1.017 e na última localização o Nordeste com R\$609.

O Distrito Federal foi a localidade também com o maior gasto em turismo por domicílio, que atingiu R\$2839, muito destoante em relação ao comportamento das demais UFs brasileiras. O Rio de Janeiro ficou com a segunda colocação, R\$2.211, e apresentou gastos muitos superiores à média nacional. Os menores gastos domiciliares em turismo foram observados nos estados do Nordeste, Maranhão e Pernambuco ficaram nas últimas posições, com despesas equivalentes a R\$443 e R\$551, respectivamente.

Os gastos turísticos médios *per capita* entre os turistas residentes no Brasil foram muito superiores aos dispêndios com esses produtos por habitante no país, R\$301. Isso decorre principalmente porque o consumo de bens e serviços turísticos está fortemente concentrado entre as faixas de renda mais elevadas, como pode ser visto na Figura 13.

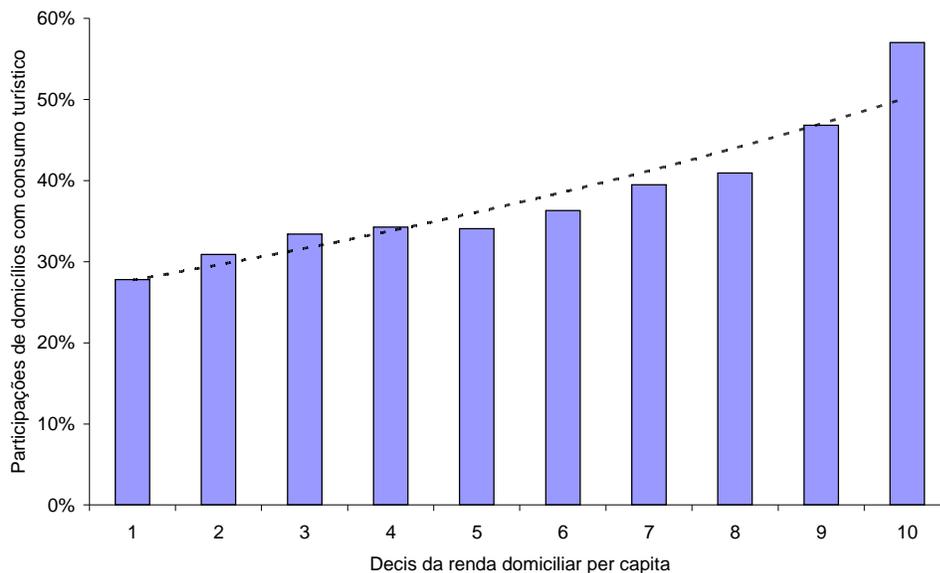
**Figura 13 – Gastos médios anuais em turismo por consumidor dos produtos turísticos nas regiões e estados brasileiros**



Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

#### 4.6. Evidências sobre as desigualdades nos gastos em turismo nos domicílios brasileiros

Com o objetivo de levantar evidências sobre como a ocorrência de gastos em turismo nos domicílios brasileiros variam de acordo com os níveis de renda, foi elaborado um gráfico com o percentual de domicílios que realizaram alguma despesa em turismo por cada decil de renda domiciliar *per capita*, como pode ser observado na Figura 14, a seguir.

**Figura 14 - Participação dos domicílios com gastos em turismo por decil de renda**

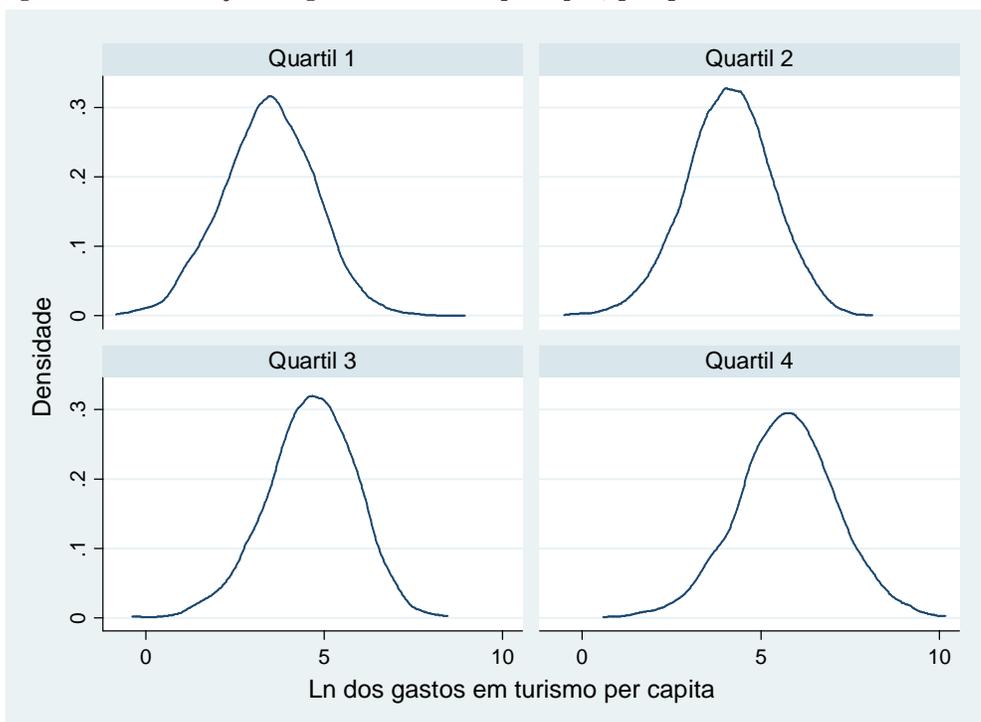
Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

A Figura 14 deixa evidente que há um crescimento exponencial da parcela de domicílios que gastam em turismo à medida que se caminha para as faixas de renda mais elevadas. Na comparação do primeiro e do último decil, o percentual desses domicílios mais do que dobrou de valor.

Para se ter uma noção de como os gastos em turismo variam de acordo com as faixa de renda *per capita*, foi estimada uma distribuição do logaritmo desses gastos *per capita* por quartil de renda, considerando os domicílio com gastos positivos, a partir do estimador de densidade de Kernel<sup>1</sup>. Os resultados obtidos para a distribuição dos gastos em turismo *per capita* deixam evidente como essas despesas aumentam consideravelmente nos últimos quartis de renda, ou seja, há um deslocamento claro

<sup>1</sup> Ver Cameron & Trivedi (2005)

**Figura 15 – Distribuição dos gastos em turismo *per capita*, por quartil de renda**



Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

Uma medida que auxilia no estudo das diferenças existentes entre os gastos em turismo no Brasil é o índice de Gini dessas despesas. Neste trabalho, achou-se pertinente comparar o índice de Gini das despesas turísticas *per capita*, calculados entre os domicílios com gastos positivos, com o valor obtido desse coeficiente em relação ao total das despesas por pessoa no domicílio.

**Tabela 15- Índice de Gini dos gastos em turismo e das despesas domiciliares *per capita* nas regiões brasileiras**

Região	Índice de Gini	
	Gasto em turismo <i>per capita</i>	Despesa total <i>per capita</i>
Norte	0,751	0,579
Nordeste	0,740	0,589
Sudeste	0,719	0,593
Sul	0,681	0,547
Centro-Oeste	0,736	0,600
<b>Brasil</b>	<b>0,740</b>	<b>0,601</b>

Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

Os resultados apontaram valores do Gini dos gastos em turismo muito superiores aos referentes ao total das despesas. Além disso, entre as regiões brasileiras, o Norte exibiu maior desigualdade no consumo turístico, seguido do Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, e na última posição, o Sul.

O índice de Gini das despesas totais apresentou comportamento regional diferente do observado nos gastos em turismo. A região com a maior concentração das despesas foi o Centro-Oeste, que sofre forte influência da desigualdade observada no Distrito Federal. No outro extremo, tem-se a região Sul com menor disparidade, o que confirma a tendência anteriormente observada em relação às despesas turísticas.

Outra informação relevante levantada neste estudo foi o comportamento da participação dos gastos em turismo no total das despesas domiciliares, por quartil de renda e entre as regiões do país.

**Tabela 16– Participação dos gastos em turismo na despesa total, por quartil de renda**

<b>Quartil de renda <i>per capita</i></b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
<b>1</b>	<b>1,7%</b>	<b>2,3%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,7%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,7%</b>
<b>2</b>	1,7%	2,0%	1,6%	1,5%	1,5%	2,0%
<b>3</b>	1,7%	2,2%	1,6%	1,6%	1,3%	1,9%
<b>4</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,7%</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,0%</b>

Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

As participações dos gastos em turismo no total das despesas nos domicílios sofreram alterações significativas principalmente na comparação do primeiro com o último quartil de renda, e entre as regiões, essa diferença fica mais evidente no Sul do país.

## **5. DETERMINANTES DOS GASTOS EM TURISMO NOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS**

Este capítulo tem como objetivo principal levantar evidências sobre os fatores que fazem com que as pessoas decidam realizar algum gasto em turismo e quais são as principais variáveis que influenciam na magnitude dos gastos realizados no Brasil. Desta forma, a próxima seção traz informações relativas à base de dados utilizados e a descrição das variáveis que serão adotadas neste estudo. A seção 2 apresenta o modelo econométrico e sua especificação. A última seção contém a discussão dos resultados obtidos na investigação dos gastos em turismo nos domicílios brasileiros.

### **5.1. Os dados**

A base de dados utilizada é a Pesquisa de Orçamentos Familiares referente ao período entre julho de 2002 e junho de 2003. A POF 2002-2003 tem como unidade de observação o domicílio brasileiro. Por conseguinte, o tamanho da amostra para o país é de 48.395 domicílios, com uma média de 3,76 pessoas residentes em cada unidade. É importante salientar que as informações referentes aos gastos são domiciliares, entretanto, os dados socioeconômicos disponíveis na POF são do chefe do domicílio.

O foco principal deste trabalho está voltado para os domicílios que realizaram algum gasto em turismo, os quais corresponderam a 36,6% do total no Brasil. Neste sentido, torna-se indispensável relembrar a composição do agrupamento dos produtos turísticos, que pode ser observada a partir do Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 – Composição das despesas em turismo**

1 - alimentação
2 - Combustível de veículo
3 - Alojamento
4 - Navio
5 - Avião
6 - Barco
7 - Ônibus Urbano
8 - Ônibus Intermunicipal
9 - Ônibus Internacional
10 - Ônibus Interestadual
11 - Agregado
12 - Pedágio
13 - Táxi
14 - Aluguel de Veículos
16 - Excursão
17 - Demais*

Nota: Na categoria demais\* estão inclusos guia turísticos, carregador de bagagens, taxas e outros tipos de transportes não especificados anteriormente.

Neste estudo, as variáveis socioeconômicas relativas ao chefe do domicílio e as variáveis geográficas utilizadas são descritas no Quadro 2.

**Quadro 2 – Descrição das variáveis utilizadas no estudo**

VARIÁVEL	DEFINIÇÃO
RPC	Renda per capita domiciliar
TURPC	Gasto em turismo per capita domiciliar
LNRPC	Logaritmo da renda per capita domiciliar
LNTURPC	Logaritmo do gasto em turismo per capita domiciliar
GTUR	Variável <i>dummy</i> , assume o valor 1 se o domicílio tiver algum gasto em turismo
IDADE	Idade do chefe do domicílio
IDADE	Idade ao quadrado do chefe do domicílio
CÔNJUGE	Variável <i>dummy</i> , assume valor igual a 1 se o chefe for casado
EDUC	Anos de estudos do chefe do domicílio
PESS	Número de pessoas no domicílio
GÊNERO	Variável <i>dummy</i> , assume o valor 1 se o chefe for homem
CARTÃO	Variável <i>dummy</i> , igual a um caso o chefe do domicílio utiliza cartão de crédito
NO	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Norte
NE	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Nordeste
SE	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Sudeste
SUL	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Sul
CO	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Centro-Oeste
VARIÁVEL	DEFINIÇÃO

FILHO 1	Variável que contém o número de filhos com idade menor a 5 anos
FILHO 2	Variável que contém o número de filhos com idade entre 5 e 14 anos
FILHO 3	Variável que contém o número de filhos com idade entre 14 e 18 anos
FILHO 4	variável que contém o número de filhos com idade superior a 18 anos

Para se ter uma compreensão das diferenças amostrais entre os domicílios que tiveram algum gasto em turismo e os que não apresentaram esse tipo de despesa (não realizaram nenhuma viagem não-rotineira entre 2002 e 2003) foi elaborada uma análise dos valores médios das diferentes variáveis descritas acima nas duas amostras, a Tabela 17 traz essas estatísticas.

**Tabela 17 – Análise descritiva da amostra dos domicílios com gastos em turismo**

Variável	Domicílios com gastos em turismo		Domicílios sem gastos em turismo	
	Valor médio	Desvio-padrão	Valor médio	Desvio-padrão
RPC	<b>6.915,48</b>	14840,72	<b>4.195,37</b>	8878,65
LNRPC	<b>8,00</b>	1,28	<b>7,61</b>	1,20
IDADE	<b>46,02</b>	14,81	<b>45,59</b>	15,80
EDUC	<b>7,65</b>	12,94	<b>6,42</b>	11,65
CÔNJUGE	<b>0,74</b>	0,44	<b>0,68</b>	0,47
GÊNERO	<b>0,77</b>	0,42	<b>0,73</b>	0,45
CARTÃO	<b>0,24</b>	0,43	<b>0,17</b>	0,37
PESS	<b>3,92</b>	1,89	<b>3,67</b>	1,88
FILHO1	<b>0,29</b>	0,61	<b>0,35</b>	0,68
FILHO2	<b>0,57</b>	0,91	<b>0,62</b>	0,96
FILHO3	<b>0,30</b>	0,59	<b>0,24</b>	0,54
FILHO4	<b>0,53</b>	0,91	<b>0,38</b>	0,77
NORTE	<b>0,13</b>	0,34	<b>0,15</b>	0,35
NORDESTE	<b>0,39</b>	0,49	<b>0,38</b>	0,49
SUDESTE	<b>0,18</b>	0,39	<b>0,18</b>	0,38
SUL	<b>0,13</b>	0,34	<b>0,12</b>	0,33
CENTRO-OESTE	<b>0,16</b>	0,36	<b>0,18</b>	0,38

Fonte: Elaboração própria, dados da POF 2002-2003.

Os resultados apresentados na Tabela 17 tornam evidentes as principais diferenças amostrais entre os domicílios que gastam em turismo e aqueles que não têm essas despesas. De uma forma bem sucinta, podemos dizer que, em média, os domicílios na amostra que realizaram alguma viagem tiveram maior renda *per capita* e um maior número de moradores. Os chefes desses domicílios são mais velhos, com maiores níveis de escolaridade, a maioria

são homens casados, com filhos principalmente na faixa etária entre 5 e 14 anos, ainda, possuem maior acesso ao crédito.

## 5.2. O modelo econométrico

No estudo dos determinantes dos gastos em turismo, é comum encontrar observações com despesas nulas em relação ao consumo de bens e serviços turísticos. No caso brasileiro, observou-se que a participação dos domicílios com gastos turísticos iguais a zero atingiu 63,4%, entre 2002 e 2003. Desta forma, há um incentivo de considerar essa variável como censurada. Todavia, existe uma quantidade ampla de estudos sobre determinantes de gastos para diversos setores que questionam sobre o fato de gastos iguais a zero significarem censura (ausência de informações), ou, serem decisões racionais dos consumidores. No caso específico das despesas em turismo, NICOLAU e MÁS (2005) chamam atenção para a adequação de se considerar gastos em turismo iguais a zero como “decisões ótimas” dos agentes, e propõem um processo de tomada de decisão individual dividido em duas partes, a primeira diz respeito à decisão de viajar e a segunda é referente à magnitude dos dispêndios. Por conseguinte, a amostra de domicílios que fizeram alguma viagem não-rotineira, unidade de observação desta pesquisa, deve ser considerada como não-aleatória, o que caracteriza um problema de viés de seleção amostral.

Diante do problema de viés de seleção, a estimação dos gastos em turismo pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários torna-se inadequado porque gera estimativas tendenciosas (DINARDO e JOHNSTON, 2001). Então, tenta-se compreender o comportamento dos gastos em turismo da seguinte forma:

$$y_1 = \begin{cases} 1 & \text{se } y_1^* > 0 \\ 0 & \text{se } y_1^* \leq 0 \end{cases} \quad y_2 = \begin{cases} y_2^* & \text{se } y_1^* > 0 \\ - & \text{se } y_1^* \leq 0 \end{cases} \quad (1)$$

Neste modelo, o  $y_1$  representa a decisão de realizar algum gasto em turismo, ou seja, fazer alguma viagem não-rotineira. Já  $y_2$  é a variável referente à magnitude dos gastos em turismo. Desta forma,  $y^2$  (gastos em turismo domiciliar per capita) é observado apenas quando  $y_1^* > 0$  (ocorre o gasto em turismo), não existindo informação disponível para  $y_2$

quando  $y_1^* \leq 0$ . Então, é possível especificar um modelo linear com erros aditivos para variáveis latentes, como abaixo:

$$\begin{aligned} y_1^* &= x_1' \beta_1 + \varepsilon_1, \\ y_2^* &= x_2' \beta_2 + \varepsilon_2, \end{aligned} \quad (2)$$

Aqui  $x_1$  inclui as variáveis explicativas que determinam a decisão de viajar e  $x_2$  contém as variáveis independentes utilizadas para mensurar as magnitudes dos gastos em turismo. O problema da estimação de  $\beta_2$  surge do fato de  $\varepsilon_1$  e  $\varepsilon_2$  estarem correlacionados, neste caso os estimadores de MQO se tornam inconsistentes. Entretanto a expressão da média condicional pode ser empregada na estimação por Maximaverossimilhança (ML). No modelo onde apenas os valores positivos de  $y_2$  são utilizados:

$$\begin{aligned} E[y_2 | x, y_1^* > 0] &= E[x_2' \beta_2 + \varepsilon_2 | x_1' \beta_1 + \varepsilon_1 > 0] \\ &= x_2' \beta_2 + E[\varepsilon_2 | \varepsilon_1 > -x_1' \beta_1] \end{aligned} \quad (3)$$

Se os erros forem independentes,  $E[\varepsilon_2] = 0$ , os estimadores de MQO são consistentes. Para obter  $E[\varepsilon_2 | \varepsilon_1 > -x_1' \beta_1]$  quando  $\varepsilon_1$  e  $\varepsilon_2$  são correlacionados, emprega-se o procedimento descrito por Heckman (1979), no qual,

$$\varepsilon_2 = \sigma_{12} \varepsilon_1 + \xi, \quad \dots (4)$$

onde a variável aleatória  $\xi$  é independente de  $\varepsilon_1$ .

Aplicando (3) na média truncada dada por (4) e dado que  $\xi$  e  $\varepsilon_1$  são independentes, tem-se:

$$\begin{aligned} E[y_2 | x, y_1^* > 0] &= x_2' \beta_2 + E[(\sigma_{12} \varepsilon_1 + \xi) | \varepsilon_1 > -x_1' \beta_1] \\ &= x_2' \beta_2 + \sigma_{12} E[\varepsilon_1 | \varepsilon_1 > -x_1' \beta_1] \end{aligned} \quad (5)$$

Neste caso, o viés de seleção é similar ao descrito no modelo Tobit simples, ou seja:

$$E[y_2 | x, y_1^* > 0] = x_2' \beta_2 + \sigma_{12} \lambda(x_1' \beta_1) \quad (6)$$

Onde  $\lambda(z) = \phi(z) / \Phi(z)$  é o inverso de Mills e produz uma variância truncada dada por:

$$V[y_2 | x, y_1^* > 0] = \sigma_2^2 - \sigma_{12}^2 \lambda(x_1' \beta_1) (x_1' \beta_1 + \lambda(x_1' \beta_1)) \quad (7)$$

A esperança condicional da variável observada  $y_2$  nas variáveis não observadas  $y_1^*$  e em  $y_2^*$  produz:

$$\begin{aligned} E[y_2 | x] &= E_{y_1^*} \left[ E[y_2 | x, y_1^*] \right] \\ &= \Pr[y_1^* \leq 0 | x] \times 0 + \Pr[y_1^* > 0 | x] \times E[y_2^* | x, y_2^* > 0] \\ &= \Phi(x_1' \beta_1) x_2' \beta_2 + \sigma_{12} \phi(x_1' \beta_1) \end{aligned} \quad (8)$$

Onde a terceira linha utiliza (6) e o fato de  $\lambda(z) = \phi(z) / \Phi(z)$ , e a variância censurada é heteroscedástica.

Ao considerarmos que nem todas as variáveis presentes na decisão da família de realizar alguma viagem influenciam a magnitude dos seus gastos, o modelo Tobit torna-se inadequado. Portanto, empregaremos um modelo Heckman que possui uma equação de seleção diferente da equação de determinação dos gastos.

A esperança condicional em (8) por ser calculada de duas formas propostas por Heckman (1979): uma estimação por Maximaverossimilhança das duas equações conjuntamente (a equação de seleção e a de determinação da variável de interesse), ou em dois estágios, onde primeiramente é estimado o modelo Probit da equação de seleção e depois a equação (9) abaixo:

$$y_2 = x_2' \beta_2 + \sigma_{12} \lambda(x_1' \hat{\beta}_1) + v \quad (9)$$

onde  $\lambda(\cdot)$  é o inverso de Mills calculado no primeiro estágio e representa o viés de seleção.

Ao se utilizar a razão inversa de Mills como variável explicativa adicional na regressão dos gastos em turismo, a estimativa da equação para os indivíduos que fazem viagens não-rotineiras apresentará coeficientes consistentes para os  $\beta$ .

A partir do Método de Heckman descrito acima, serão estimadas as duas equações necessárias na determinação dos dispêndios turísticos nos domicílios brasileiros. Além das estimativas geradas para o Brasil, resolveu-se obter os determinantes dos gastos domiciliares em turismo para as regiões Nordeste e Sudeste. A primeira razão desta escolha deriva do fato dessas duas regiões juntas possuem a maior parte da população brasileira. Além disso, o Nordeste e o Sudeste apresentam grandes disparidades entre as suas rendas *per capita*, sendo a primeira região a mais pobre do país e a segunda a mais rica, o que deve gerar estruturas de consumo bastante diferentes.

As variáveis explicativas incorporadas neste modelo estão, em grande parte, de acordo com o estudo de NICOLAU e MÁZ (2005). Vale ressaltar, porém, que em ambas as equações definidas neste trabalho não serão incorporadas informações ligadas à opinião dos indivíduos sobre viagens e também informações sobre os destinos turísticos devido à indisponibilidade desses tipos de dados na POF.

As variáveis que influenciam a decisão de viajar são renda, idade, escolaridade, gênero, tamanho da família, cartão de crédito, número de filhos e *dummies* de região.

Esperam-se os seguintes resultados em relação aos fatores que entram na equação de seleção dos domicílios (decisão de realizar alguma viagem não-rotineira):

- Renda: efeito positivo da variável de renda. Este é um resultado bastante consensual na literatura sobre turismo. A decisão de realizar alguma viagem é maior para níveis de renda mais elevados, pois o turismo é considerado como um bem normal, na maioria dos casos.
- Idade: os primeiros estudos testaram a existência de uma relação linear entre a decisão de viajar e obtiveram, na maior parte, uma relação positiva. Porém, mais recentemente, há uma tendência de verificar uma relação não-linear entre a decisão de viajar e idade. Há evidências para alguns países europeus, como é o caso da Espanha, de que o impacto da variável idade teria um formato de “U” sobre a probabilidade de fazer turismo. Ou seja, as pessoas mais jovens e mais idosas seriam os principais demandantes de viagens.
- Escolaridade: considera-se uma relação positiva entre escolaridade e as atividades turísticas. O maior acesso à informação associado a um elevado nível de conhecimento, em geral, estimulam a prática de turismo.
- Gênero: muitos estudos internacionais comprovaram a inexistência de alguma relação entre gênero e probabilidade de realizar viagens. Porém, neste trabalho, será admitida

a hipótese de que há uma relação positiva entre o fato de ser do sexo masculino e propensão a viajar, uma vez que os homens têm menos vínculos com as “atividades do lar”.

- Tamanho da família: admite-se que o tamanho da família é uma barreira, pois os gastos necessários para viajar seriam maiores devido ao elevado número de pessoas. Isso implica que domicílios com muito residentes teriam menor chance de realizar viagens em família.
- Cartão de crédito: esta variável não é comum nos estudos sobre propensão a viajar. Entretanto, no caso de países como o Brasil, em que a renda de grande parte da população ainda é baixa, o acesso ao crédito pode ser um fator determinante para a realização de viagens.
- Filhos: a variável que captura o número de filhos do chefe do domicílio é testada neste estudo, seguindo uma tendência internacional que comprova que famílias com crianças têm maiores barreiras para viajar.
- *Dummies* regionais: são as variáveis ligadas às regiões que tentam capturar alguns efeitos fixos em termos de atrativos turísticos das localidades. Admite-se que grande parte do turismo realizado pelas famílias brasileiras é turismo doméstico e dentro da região de origem.

Na equação que determina a magnitude dos gastos em turismo não foram consideradas variáveis relativas à região de destino, pois esta informação não está disponível na POF, isso é uma forte limitação da base de dados. O fato de não poder saber a região onde foi realizado o gasto torna a análise incompleta.

Para caracterizar a equação dos gastos em turismo foram analisadas as seguintes variáveis: renda, idade, gênero, estado civil, escolaridade e tamanho da família. Os efeitos esperados são explicados, a seguir.

- Renda: efeito positivo da variável de renda. Espera-se que quanto maior for a renda disponível, mais elevados são os gastos em turismo. Neste estudo foi considerado o logaritmo natural da renda, por conseguinte, o valor do coeficiente obtido na equação será equivalente à elasticidade-renda dos produtos turísticos.
- Idade: seguindo a mesma idéia testada por NICOLAU e MÁZ (2005), espera-se uma relação não-linear entre idade e magnitude das despesas turísticas. Desta forma, acredita-se que essa variável tenha um formato de “U” invertido. Ou seja, os gastos em turismo crescem com a idade e, depois de certo ponto, começam a decrescer.

- **Escolaridade:** pessoas com um maior nível de escolaridade viajam relativamente mais e também apresentam maiores gastos em turismo. Existe uma correlação positiva entre escolaridade e remuneração, contribuindo positivamente para o consumo dos produtos turísticos.
- **Gênero:** não existe uma relação clara entre gênero e gastos em turismo. Entretanto, por admitir que os homens têm uma maior propensão a viajar, espera-se que o sexo masculino tenha maiores gastos em viagens.
- **Estado civil:** há uma tendência de considerar uma redução no gasto médio *per capita* se o chefe do domicílio for solteiro, pois assim como ocorre com o tamanho da família, os custos médios por pessoa ficam menores.
- **Tamanho da família:** número de pessoas do domicílio tem um impacto positivo sobre a totalidade dos gastos em turismo realizado pela família. Contudo, se considerarmos os gastos *per capita*, como foi admitido neste trabalho, espera-se que haja uma relação negativa entre o tamanho da família e esses gastos, uma vez que, o custo médio dessas viagens decrescem à medida que o tamanho do grupo aumenta.

O Quadro 3, a seguir, apresenta o conjunto de variáveis utilizado na equação de seleção e na equação das em turismo e, ainda, seu sinais esperados.

**Quadro 3 – Descrição das variáveis e sinais esperados das variáveis explicativas no Modelo Heckman**

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	EQUAÇÃO DE SELEÇÃO	EQUAÇÃO DOS GASTOS
LNRPC	Logaritmo da renda per capita domiciliar	+	+
IDADE	Idade do chefe do domicílio	-	+
IDADE2	Idade ao quadrado do chefe do domicílio	+	-
CÔNJUGE	Variável <i>dummy</i> , assume valor igual a 1 se o chefe for casado	n.a.	-
EDUC	Anos de estudos do chefe do domicílio	+	+
PESS	Número de pessoas no domicílio	-	-
GÊNERO	Variável <i>dummy</i> , assume o valor 1 se o chefe for homem	+	+
CARTÃO	Variável <i>dummy</i> , igual a um caso o chefe do domicílio utiliza cartão de crédito	+	n.a.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL	EQUAÇÃO DE SELEÇÃO	EQUAÇÃO DOS GASTOS
FILHO 1	Variável que contém o número de filhos com idade menor a 5 anos	-	n.a
FILHO 2	Variável que contém o número de filhos com idade entre 5 e 14 anos	-	n.a
FILHO 3	Variável que contém o número de filhos com idade entre 14 e 18 anos	+ ou -	n.a
FILHO 4	variável que contém o número de filhos com idade superior a 18 anos	+ ou -	n.a
NO	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Norte	-	n.a
NE	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Nordeste	+	n.a
SE	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Sudeste	+	n.a
SUL	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Sul	+	n.a
CO	Variável <i>dummy</i> de região, igual a 1 se o domicílio está no Centro-Oeste	+	n.a

Nota: n.a. significa não aplicável, a variável não faz parte da equação.

A definição adotada das variáveis da equação de seleção e da equação de gastos foi fortemente amparada no artigo de NICOLAU e MÁZ (2005), que traz uma importante revisão da literatura sobre o comportamento da decisão de gastar em turismo, além dos fatores que influenciam a magnitude desses dispêndios. Outra observação importante, é que em vez de se utilizar o valor observado dos gastos em turismo, adotou-se o logaritmo desses dispêndios, pois desta forma ficou assegurada a distribuição normal da variável.

### 5.3. RESULTADOS

### 5.3.1. Determinantes da decisão de gastar em turismo

Na Tabela 18 foram apresentas as estimativas do modelo Probit da decisão de gastar ou não em turismo através do Heckman por Maximaverossimilhança (ML) e do Heckman Dois Estágios (*Two Step*). Além disso, foi colocado o resultado da regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

**Tabela 18 - Equação de seleção para a realização ou não de gasto em turismo no Brasil**

	MQO	Heckman - ML	Heckman - <i>Two Step</i>
<b>CONSTANTE</b>	-0,368*** 0,027	-2,523*** 0,077	-2,381*** 0,077
<b>LNRPC</b>	0,071*** 0,002	0,214*** 0,006	0,197*** 0,006
<b>PESS</b>	0,033*** 0,002	0,090*** 0,006	0,091*** 0,006
<b>IDADE</b>	0,002** 0,0009	0,007*** 0,002	0,006*** 0,002
<b>IDADE 2</b>	-0,00003*** 0,00008	-0,0001*** 0,00002	-0,0001*** 0,00002
<b>EDUC</b>	0,0001 0,0002	0,0002 0,0005	0,0001 0,0005
<b>GÊNERO</b>	0,036*** 0,005	0,101*** 0,014	0,103*** 0,014
<b>FILHO 1</b>	-0,024*** 0,004	-0,050*** 0,012	-0,068*** 0,012
<b>FILHO 2</b>	-0,024*** 0,003	-0,060*** 0,009	-0,066*** 0,009
<b>FILHO 3</b>	0,013*** 0,005	0,039*** 0,012	0,034*** 0,013
<b>FILHO 4</b>	0,014*** 0,004	0,035*** 0,010	0,034*** 0,011
<b>CARTAO</b>	0,019*** 0,006	-0,013 0,016	0,045*** 0,016
<b>NO</b>	0,007 0,008	-0,017 0,021	0,021 0,021
<b>NE</b>	0,047*** 0,006	0,163*** 0,016	0,132*** 0,017
<b>SUL</b>	0,013* 0,008	0,033 0,021	0,037* 0,021
<b>CO</b>	-0,020*** 0,007	-0,082*** 0,019	-0,053*** 0,020

Nota: \* significativo a 10%; \*\* significativo a 5%; \*\*\* significativo a 1%. Entre parênteses está o erro padrão de cada coeficiente estimado. As estatísticas das regressões são apresentadas na tabela da equação dos gastos.

Os resultados encontrados foram significativos na maioria dos casos, porém os valores dos coeficientes não foram muito elevados, de uma maneira geral. O coeficiente ligado à renda domiciliar *per capita* apresentou sinal positivo em todos os modelos, refletindo o que já

era esperado, ou seja, quanto maior a renda mais elevada é a probabilidade de realizar algum dispêndio em turismo.

A variável PESS, que indica o número de pessoas no domicílio representa uma “barreira” à decisão de se ter algum dispêndio em turismo, principalmente se na família houver crianças, segundo a literatura (NICOLAU e MÁZ, 2005). Todavia, essa característica não foi completamente comprovada neste trabalho. Os coeficientes ligados ao número de pessoas por unidade habitacional apresentou sinais positivos e com estatísticas significantes a 1% em todas as regressões. Isso reflete a possibilidade de viagens individuais por cada membro da família.

Associado a isso, os domicílios brasileiros cujos filhos do chefe têm até 14 anos possuem menor propensão a realizar gasto em turismo, como pode ser observado através das estatísticas obtidas para FILHO 1 e FILHO 2. Esse resultado foi complementado pela significância das variáveis FILHO 3 e FILHO 4, significando que os domicílios brasileiros com um maior número de jovens e adultos têm maior probabilidade de realizar alguma viagem. Estes últimos resultados parecem muito pertinentes, uma vez que, os filhos adquirem maior mobilidade, à medida que se tornam mais velhos, sem depender tanto dos seus responsáveis como ocorre nos casos das crianças.

A literatura internacional difundida sobre a propensão das pessoas em realizar turismo propõe um efeito não linear da variável IDADE. De uma forma mais específica, o efeito da idade na probabilidade de fazer algum gasto em turismo teria um formato de “U”, indicando que as pessoas mais jovens e as mais idosas teriam maiores chances de fazer turismo (NICOLAU e MÁZ, 2005). Em relação a esse efeito nos domicílios brasileiros, foi observado justamente o contrário. Ou seja, a variável IDADE apresentou sinais significativos positivos e o termo IDADE 2 obteve valores negativos e estatisticamente significantes em todas as estimações, embora esses valores tenham sido baixos. Uma explicação adequada para esse comportamento é que, no Brasil, o custo de oportunidade dos jovens de realizar alguma viagem é elevado, pois esses começam a participar do mercado de trabalho relativamente mais cedo se comparado aos jovens de países desenvolvidos. Associado a isso, o número de idosos ainda é proporcionalmente baixo, apesar da tendência crescente nos últimos anos. Desta maneira, a literatura disponível, em geral, se refere aos países desenvolvidos, com características de estrutura etária muito divergente da encontrada na população brasileira.

O fato do chefe do domicílio ser do sexo masculino e ter acesso a crédito aumenta a probabilidade de se ter gasto em turismo maior do que zero. A estatística da variável CRÉDITO só foi significativa no modelo de Heckman *Two Step* e no MQO, desta forma, as

facilidades proporcionadas pela disponibilidade do cartão de crédito na probabilidade da realização de viagens não se mostraram robustas. Já em relação à maior disposição dos homens para realizar viagens, esse resultado faz sentido, uma vez que os homens, em geral, são mais disponíveis para passar tempo fora de casa.

Nas equações estimadas, os coeficientes referentes ao nível de instrução do chefe do domicílio não foram significativos em nenhum dos casos. Desta maneira, para o Brasil não se pode afirmar que o nível de escolaridade tem efeito positivo na probabilidade de realizar viagens não-rotineiras.

Por fim, as últimas variáveis analisadas nas decisões de gastar ou não em turismo são as *dummies* de região. Segundo os estudos em turismo, quanto maior a população da localidade de origem, haverá mais incentivos na realização de viagens, portanto, realização de algum gasto. As estimações para as *dummies* regionais nas equações de seleção foram controladas em relação ao Sudeste, principal região emissora de turistas, de acordo com dados da EMBRATUR. Os resultados obtidos foram estatisticamente significativos e robustos para as regiões Nordeste e Centro-Oeste. No caso do Nordeste, o sinal desse coeficiente foi positivo, indicando que na região há uma maior probabilidade de fazer turismo do que no Sudeste. Talvez isso decorra do fato da forte migração de nordestinos para outras regiões brasileiras, o que gera incentivos à realização de visitas aos parentes espalhados no país. Além disso, o litoral da região nordeste é bastante atraente do ponto de vista das belezas naturais e isso gera incentivos ao turismo interno pela própria população local. No Centro-Oeste o efeito foi oposto e significativo em todas as equações, apontando indícios a região não é uma grande emissora de turistas. Para o Sul, não houve “fraca” evidência nas estimações do Probit apenas no Heckman *Two Step*, com estatísticas significativas a 10%. Desta maneira, achou-se pertinente desconsiderar esse efeito.

Na seqüência do estudo sobre as variáveis decisivas na escolha de realizar ou não algum gasto em turismo, foram estimadas as equações de seleção para as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, com o intuito principal de encontrar diferenças regionais nesse processo de escolha.

Da mesma forma como ocorreu na estimação entre os domicílios brasileiros como um todo, em ambas as regiões, uma maior renda *per capita* estava associada a uma maior probabilidade de realizar algum dispêndio com turismo, assim como o efeito positivo de um maior número de pessoas na unidade domiciliar sobre a decisão de ter gastos turísticos. Outra semelhança entre as regiões Nordeste e Sudeste é referente à maior probabilidade dos domicílios com chefes do gênero masculino realizar alguma viagem não-rotineira. Essas

informações obtidas para a equação de seleção no Nordeste e no Sudeste são apresentadas na Tabela 19.

**Tabela 19 - Equação de seleção para a realização ou não de gasto em turismo, NE versus SE**

GTUR	Nordeste			Sudeste		
	MQO	Heckman ML	Heckman Two Step	MQO	Heckman ML*	Heckman Two Step
<b>CONSTANTE</b>	-0,250*** (0,042)	-2,12*** (0,121)	-2,033*** (0,117)	-0,417*** (0,065)	-	-2,548** (0,184)
<b>LNRPC</b>	0,075*** (0,004)	0,215*** (0,011)	0,207*** (0,010)	0,070*** (0,005)	-	0,197*** (0,015)
<b>PESS</b>	0,031*** (0,003)	0,087*** (0,009)	0,085*** (0,009)	0,040*** (0,006)	-	0,112*** (0,017)
<b>IDADE</b>	-0,002 (0,001)	-0,004 (0,004)	-0,004 (0,004)	0,003 (0,002)	-	0,008 (0,006)
<b>IDADE 2</b>	0,00001 (0,00001)	-0,00001 (0,00004)	0,0001 (0,00004)	-0,00004 (0,00002)	-	-0,0001 (0,0001)
<b>EDUC</b>	-0,00003 (0,00031)	-0,0001 (0,0008)	-0,0002 (0,001)	0,002*** (0,0005)	-	0,004** (0,001)
<b>GÊNERO</b>	0,030*** (0,0081)	0,081*** (0,022)	0,084*** (0,022)	0,043*** (0,012)	-	0,124*** (0,034)
<b>FILHO 1</b>	-0,018*** (0,007)	-0,042** (0,018)	-0,049*** (0,018)	-0,043*** (0,018)	-	-0,125*** (0,033)
<b>FILHO 2</b>	-0,020*** (0,005)	-0,053*** (0,013)	-0,054*** (0,0135)	-0,032*** (0,009)	-	-0,089*** (0,025)
<b>FILHO 3</b>	0,019*** (0,007)	0,046** (0,018)	0,050*** (0,0187)	0,030*** (0,012)	-	0,078** (0,032)
<b>FILHO 4</b>	0,016*** (0,006)	0,036** (0,016)	0,041*** (0,016)	0,015 (0,010)	-	0,035 (0,028)
<b>CARTAO</b>	-0,019* (0,011)	-0,086*** (0,030)	-0,058** (0,029)	0,051*** (0,013)	-	0,128** (0,036)

Nota: \* significativo a 10%; \*\* significativo a 5%; \*\*\* significativo a 1%. Entre parênteses está o erro padrão de cada coeficiente estimado. \*O Heckman por ML para Sudeste não convergiu.

A partir da Tabela 19, percebe-se que as variáveis de idade do chefe do domicílio não foram significativas em nenhuma das regiões. Desta maneira, a primeira diferença entre as regiões está associada aos efeitos da escolaridade no modelo. Para o Nordeste, a variável ligada à educação não tem efeito algum sobre a decisão de viajar. Enquanto que no Sudeste, apesar do valor do coeficiente ser baixo, foi positivo e estatisticamente significativo a 5%, o que indica que as pessoas mais escolarizadas na região têm maior propensão a viajar, como já era esperado.

As variáveis de FILHO em ambas as regiões tiveram comportamentos semelhantes aos encontrados no Brasil, sugerindo que quanto maior o número crianças no domicílio, maior a barreira a viajar. Enquanto que domicílios com jovens a partir de 14 anos têm maior

probabilidade de realizar algum dispêndio. Todavia, na região Sudeste, a variável FILHO 4, que indica que o filho tem mais de 18 anos, não foi significativa.

Para finalizar esta análise, a variável de cartão de crédito no Nordeste apresentou sinal negativo, oposto ao esperado, e significativo em todas as equações. Talvez, o acesso ao crédito na região Nordeste seja direcionado à aquisição de outros bens de maior necessidade e isso faz com que haja uma redução na probabilidade de viajar diante da posse do cartão de crédito. No Sudeste, o feito do crédito foi positivo sobre a decisão de viajar, como já era esperado.

### 5.3.2. Determinantes dos dispêndios em turismo no Brasil

A próxima etapa dos resultados encontrados para os determinantes dos gastos em turismo corresponde ao segundo estágio do modelo Heckman, ou seja, estima-se a equação das despesas em turismo, como podem ser verificado na Tabela 20.

**Tabela 20- Equação de gastos em turismo nos domicílios brasileiros**

<b>LNTURPC</b>	<b>MQO</b>	<b>Heckman - ML</b>	<b>Heckman - Two Step</b>
<b>CONSTANTE</b>	-0,139	-2,019***	-4,002***
	0,102	0,173	0,407
<b>LNRPC</b>	0,616***	0,719***	0,829***
	0,008	0,011	0,024
<b>PESS</b>	-0,131***	-0,087***	-0,039***
	0,006	0,007	0,011
<b>IDADE</b>	0,007**	0,013***	0,018***
	0,004	0,004	0,004
<b>IDADE 2</b>	-0,00010***	-0,0002***	-0,0002***
	0,00004	0,00004	0,00004
<b>EDUC</b>	0,007***	0,007***	0,007***
	0,0008	0,0008	0,0009
<b>GÊNERO</b>	0,127***	0,171***	0,222***
	0,030	0,031	0,034
<b>CONJ</b>	-0,067***	-0,076***	-0,093***
	0,030	0,030	0,030
rho	-	0,54	0,86
sigma	-	1,38	1,76
mills	-	-	1,51***
F	1431,76	-	-
Wald		8269,91	6492,38
R <sup>2</sup>	0,362	-	-
Nº de observações		48.313	

Nota: \* significativo a 10%; \*\* significativo a 5%;\*\*\* significativo a 1%. Entre parênteses está o erro padrão de cada coeficiente estimado.

Através dos resultados apresentados na Tabela 20, foi possível perceber o efeito positivo e significativo da renda *per capita* domiciliar na magnitude dos gastos em turismo em ambos os modelos estimados. Esse resultado, além de estar de acordo com a literatura, traz uma informação bastante relevante sobre o consumo dos produtos turísticos nos domicílios brasileiros, neste caso, os valores dos coeficientes da variável LNRPC indicam que o turismo no país é um bem normal, com elasticidades estimadas de 0,72 (Heckman ML) e 0,83 (Heckman *Two Step*).

O efeito negativo do número de pessoas nos gastos em turismo *per capita* está de acordo com o esperado. Em geral, associa-se um maior gasto familiar em turismo devido a um maior número de pessoas no domicílio, todavia, quando esses gastos são controlados por pessoa, ou seja, gastos *per capita*, espera-se que ocorra justamente o contrário, pois nem todos os membros do domicílio possuem renda própria, como é o caso das crianças e adolescentes.

As estimativas dos coeficientes do efeito da variável IDADE e IDADE 2 apresentaram valores muito baixos, porém forma significantes em todos os modelos. Neste caso, observou-se o formato de “U” invertido indicando que pessoas mais jovens têm uma maior tendência de realizar gastos em turismo até atingirem uma idade mais madura, e posteriormente esses gastos começam a cair. Ou seja, o efeito positivo de 1 ano a mais na idade cresce a uma taxa decrescente até atingir um ponto máximo e depois começa a cair. Embora haja uma tendência mais recente no Brasil de enfatizar o turismo na terceira idade, este ainda é um mercado com grandes chances de crescimento, não apenas no país, mas também no âmbito internacional.

A variável do nível de escolaridade do chefe da família obtida nas equações estimadas foi significativa para todos os casos, porém com efeitos não muito expressivos. Esse resultado confirma a hipótese de que pessoas com maior nível de instrução gastam mais em turismo, pois, em geral, são mais bem remuneradas, desfrutam de períodos maiores de férias, têm maior acesso às informações e demandam mais serviços de lazer. De acordo com os valores obtidos, um aumento de 1 ano na escolaridade do indivíduo gera 0,7% de aumento no total dos gastos.

Em relação ao gênero e *status* civil, os homens solteiros apresentam maior tendência de realizar gastos mais expressivos em turismo, como pode ser visto na Tabela 20. Essa evidência faz sentido uma vez que os homens têm maior inserção no mercado de trabalho, o que lhes garante o recurso financeiro para demandar esses bens e serviços turísticos, associado a isso, tem o fato que eles são mais propensos a viajar.

A última parte deste estudo está voltada para a análise da equação de gastos nas regiões Nordeste e Sudeste do país. A primeira observação que deve ser feita é a de que o

modelo de Heckman não foi apropriado para a região Sudeste do Brasil, o que indica que para aquela localidade não há viés de seleção no que se refere aos gastos em turismo. Desta maneira, não foi possível estimar o Heckman por Maximaverossimilhança e o coeficiente do inverso de Mills do Heckman *Two Step* não teve significância. A Tabela 21 traz esses resultados, logo a seguir.

**Tabela 21 - Equação de gastos em turismo nos domicílios brasileiros, Nordeste versus Sudeste**

	Nordeste			Sudeste		
	MQO	Heckman ML	Heckman Two Step	MQO	Heckman ML	Heckman Two Step
<b>LNTURPC</b>	-0,149	-1,215***	-1,558**	0,166	-	0,45
<b>CONSTANTE</b>	0,158	0,394	0,675	0,248	-	0,85
<b>LNRPC</b>	0,590***	0,655***	0,677***	0,653***	-	0,64***
	0,014	0,026	0,043	0,020	-	0,050
<b>PESS</b>	-0,121***	-0,095***	-0,086***	-0,138**	-	-0,15**
	0,008	0,012	0,018	0,015	-	0,025
<b>IDADE</b>	0,006	0,006	0,006	-0,015*	-	-0,02*
	0,006	0,006	0,006	0,009	-	0,009
<b>IDADE 2</b>	-0,0001	-0,0001	-0,0001	0,0001	-	0,0001
	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	-	0,0001
<b>EDUC</b>	0,006***	0,006***	0,006***	0,007**	-	0,0067***
	0,001	0,001	0,001	0,002	-	0,002
<b>GÊNERO</b>	-0,032	0,200***	0,209***	-0,032	-	-0,04
	0,068	0,050	0,052	0,068	-	0,07
<b>rho</b>	-	0,352	0,44794	-	-	-0,079
<b>sigma</b>	-	1,30	1,34	-	-	1,21
<b>mills</b>	-	-	0,600**	-	-	-0,09
<b>F</b>	467,33	-	-	-	-	-
<b>Wald</b>	-	2495,06	2752,40	-	-	2752,40
<b>R<sup>2</sup></b>	0.3205			0,363	-	-
Nº de observações		18561			8.631	

Nota: \* significativo a 10%; \*\* significativo a 5%; \*\*\* significativo a 1%. Entre parênteses está o erro padrão de cada coeficiente estimado.

No Nordeste, os modelos de Heckman mostraram-se compatíveis com a estrutura dos gastos em turismo regionais. Por conseguinte, na região, o turismo foi caracterizado como um bem normal, todavia com menores elasticidades, 0,67 e 0,65, em comparação com os resultados obtidos para o país como um todo, o que faz sentido, pois o Nordeste é a região mais pobre do Brasil. Desta maneira, o consumo de bens de primeira necessidade deve ser mais relevante nos seus domicílios.

Do mesmo modo que o número de pessoas afetou negativamente os gastos em turismo *per capita* no país, isso também foi observado nas equações estimadas para a região, na qual o efeito de 1 pessoa a mais no domicílio faz com que os gastos *per capita* sejam reduzidos em

cerca de 9%. Os coeficientes ligados à idade não tiveram importância nos domicílios Nordestinos.

O efeito da educação também foi significativo e positivo, indicando um aumento de 0,6% no total dos gastos em turismo para cada ano a mais de escolaridade. Atrelado a isso, o fato de ser homem e solteiro tem efeito positivo sobre as magnitudes dos gastos em turismo.

Embora o modelo de Heckman para o Sudeste não tenha se mostrado apropriado, através da regressão de MQO, pode-se levantar as hipóteses de que na região o turismo é um bem normal, com elasticidade igual a 0,65, valor muito próximo do observado no Nordeste.

Ainda, os domicílios do Sudeste que tem um maior número de moradores têm menor gastos *per capita* em turismo. Este fato confirma a hipótese de que há vantagens em fazer viagens em grupo, devido aos “descontos” obtidos em pacotes e também às reduções de custos fixos médios por pessoa.

A variável IDADE tem uma relação linear e negativa em relação ao total dos gastos em produtos turísticos, o que pode ser interpretado pelo fato dos chefes de domicílios mais jovens gastarem mais em turismo no Sudeste. Por fim, as pessoas mais escolarizadas apresentam maior consumo em turismo na região Sudeste, porém, o gênero das pessoas não se mostrou relevante na definição desses gastos. Assim, não há uma segmentação de mercado consumidor turístico no Sudeste entre homens e mulheres.

## 6. CONCLUSÕES

Neste estudo, o foco principal está voltado para as informações referentes aos gastos em turismo realizados pelas famílias brasileiras, utilizado a POF 2002-2003. Todavia, com o objetivo de contextualizar de uma melhor forma o setor de turismo e levantar indícios sobre sua importância na economia, foi realizada uma análise descritiva da dimensão das atividades turísticas na geração de ocupações e renda do trabalho no país.

Desta maneira, a partir da definição do núcleo do turismo composto pelas atividades de meios de hospedagem, alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, aluguel de veículos, agências de turismo e lazer, foi constatado que, em 2008, o agrupamento das atividades turísticas correspondeu a 6,3% do total das ocupações no Brasil e a 5,7% do total da renda do trabalho. Já em relação ao peso do turismo no setor de serviços, observou-se que as atividades turísticas foram responsáveis por 10,5% do total da mão-de-obra prestadora de serviços e a apenas 8,2% do total da renda desse setor econômico.

Desta maneira, fica evidente que as atividades turísticas no Brasil tem relevância econômica e pode ser ainda mais potencializada nos próximos anos. Eventos futuros que serão realizados no país como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 são grandes oportunidades para o aproveitamento dos atrativos turísticos brasileiros, tanto pelos turistas estrangeiros como pelos turistas domésticos.

A maior participação do turismo no total das ocupações entre as regiões brasileiras foi verificada no Sudeste, que atingiu 7,0%, e o maior peso do setor no total da renda do trabalho foi encontrado no Nordeste, com 6,4%. Já em relação à participação do turismo no total das ocupações e renda do trabalho dos serviços, as regiões que ficaram acima da média do país foram o Norte, Nordeste e Sudeste.

Na decomposição das participações de cada região no total das ocupações e renda do trabalho no turismo no Brasil, o Sudeste ficou na primeira colocação, o Nordeste na segunda e o Sul terceira posição. O estado de São Paulo atingiu o maior peso no total da economia do turismo, da mesma forma como ocorre na economia como um todo.

Na última parte da análise setorial do turismo, percebeu-se que nos últimos anos houve uma tendência mais favorável de distribuição dessas atividades em relação às regiões mais pobres do país e esse fenômeno pode ser visto como um efeito positivo do turismo na redução das disparidades regionais no país e na redução da pobreza.

A segunda etapa da análise descritiva realizada neste trabalho foi direcionada à compreensão dos gastos em turismo no Brasil, a partir dos dados da POF 2002-2003. Desta maneira, constatou-se que no Brasil, 36,6% das famílias realizaram algum gasto turístico, no período 2002-2003. É fácil notar que o consumo turístico ainda é limitado, sobretudo, decorrente da baixa restrição orçamentária de grande parte da população brasileira.

A região brasileira que obteve a maior parcela de domicílios que realizaram gastos em turismo foi o Sul, 38,7%, seguido do Nordeste, Sudeste, Norte e Sul, respectivamente. Já entre os estados brasileiros, destacam-se Piauí, Tocantins e Bahia, com os maiores valores, e Pernambuco, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com as menores participações.

O valor dos gastos em turismo em relação ao total das despesas das famílias brasileiras atingiu um percentual de 1,78%. Entre as regiões, o Norte exibiu a maior participação do consumo turístico no total das despesas, 2,2%, seguido do Centro-Oeste, 1,9%, Sudeste, 1,7%, Nordeste, 1,7% e Sul, 1,6%.

Em relação à participação de cada região brasileira no total dos gastos turísticos das famílias, verificou-se que o Sudeste atingiu o maior percentual, seguido das regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. O estado com maior peso no total de gastos foi São Paulo, da mesma forma que aconteceu em relação às ocupações e renda gerada na economia.

À medida que se observa o gasto médio *per capita* em turismo no Brasil, verifica-se que o valor é muito baixo, em torno de R\$110,00, entre 2002 e 2003. Nas regiões brasileiras, como já se esperava, o Sudeste apresentou o maior gasto turístico *per capita*, acima da média nacional, no valor de R\$145, 81, e o Nordeste foi a região que obteve o menor gasto médio em turismo *per capita*, muito menor do que a média nacional e das demais regiões, R\$69,36.

O governo brasileiro tem percebido que é importante estimular a população a realizar viagens em turismo e nos últimos anos lançou programas como o “Viaja mais melhor idade” voltados para os idosos e crédito mais barato para os turistas potenciais.

Considerando-se o gasto médio por domicílio e *per capita* entre aqueles que realizaram algum consumo dos produtos turísticos no Brasil, o consumo domiciliar passa a ser R\$ 899,06, entre 2002 e 2003, o que correspondeu a um gasto *per capita* de R\$301. Esses valores ficaram muito superiores ao gasto médio para a população, o que significa que tem muita pessoa no país que não realiza viagens.

A última etapa deste trabalho consistiu em estimar as equações das variáveis que determinam os gastos em turismo nos domicílios brasileiros através do método de Heckman por Maximaverossimilhança e do Heckman *Two Step*. Desta forma, num primeiro momento,

foram obtidas estimativas para as variáveis que definem a decisão de realizar algum gasto em turismo ou não, ou seja, um modelo Probit.

Os resultados obtidos revelaram que a probabilidade de realizar algum dispêndio em turismo no Brasil é maior quanto mais elevada for a renda *per capita*. Além disso, domicílios com um maior número de moradores, sobretudo se os filhos do chefe tiverem mais de 14 anos e a unidade habitacional estiver localizada no Nordeste, têm maiores chances de realizar esses gastos. Ainda, se a pessoa for do sexo masculino, com nível de instrução mais elevado, possuidora de cartão de crédito e não muito jovem, haverá mais chances de realizar alguma viagem.

As estimativas do Probit obtidas para o Nordeste e o Sudeste mostraram que a maior parte dos resultados está em consonância com as medidas para o Brasil. Todavia, no Nordeste e Sudeste, as variáveis ligadas à idade não tiveram efeito algum sobre a decisão de viajar. O nível de instrução do indivíduo mostrou-se relevante na decisão de gastar ou não em turismo apenas na região Sudeste. Ainda, o fato de possuir cartão de crédito na região nordestina diminui a probabilidade de viajar, o que pode ser reflexo da disponibilidade do crédito para consumo de bens de primeira necessidade. No Sudeste, o fato do indivíduo ter cartão de crédito aumenta a probabilidade do gasto em turismo, o que reflete a importância do acesso ao crédito para o desenvolvimento do setor.

Na estimação da equação de gastos em turismo no Brasil, foi constatado que os bens e serviços turísticos têm elasticidades-renda positivas, caracterizando-se como bens normais. Ainda, os domicílios que têm maior número de pessoas terão menores gastos em turismo *per capita*. O efeito da idade na magnitude dos gastos em turismo apresentou o formato de “U” invertido, significando que as pessoas mais maduras são as que gastam mais em turismo. Associado a isso, o fato de ser homem, solteiro e bem instruído induz a um maior dispêndio na realização de viagens no país.

Em relação à equação de gastos para as regiões Nordeste e Sudeste, não foi possível estimar a equação de gastos através do modelo de Heckman para esta última região, o que sugere que no Sudeste não há problema de viés de seleção. Para o Nordeste, todavia, essas estimativas foram obtidas.

Assim como o Brasil, o Nordeste apresentou elasticidade positiva para os gastos em turismo, porém com valores menores. Na região Nordeste um número maior de pessoas no domicílio também diminui o dispêndio em turismo *per capita*. O efeito da idade na região não teve significância. Desta forma, independente da idade, as pessoas que mais gastam em turismo no Nordeste são homens solteiros.

No Sudeste, apesar do modelo de Heckman não se mostrar adequado, algumas inferências foram obtidas através do método de MQO. Na região, o turismo é um bem normal, da mesma forma que ocorre no Brasil e no Sudeste. Ainda, os domicílios com mais pessoas têm menor gastos *per capita* em turismo. Os gastos em turismo são decrescentes com a idade, sendo as pessoas mais instruídas aquelas que apresentam maior consumo em turismo na região. O fato de ser homem no Sudeste não se mostrou relevante na definição dos dispêndios turísticos.

A análise realizada sobre os determinantes dos gastos em turismo no Brasil torna-se de extrema importância para a formulação de estratégias de mercado voltadas para o setor. A segmentação do mercado com políticas específicas voltadas para os turistas potenciais são inevitáveis para o desenvolvimento do turismo no Brasil e para aproveitamento eficiente dos atrativos turísticos do país. Por ser uma área ainda pouco explorada no âmbito acadêmico, os estudos direcionados para uma melhor compreensão da economia do turismo são de grande relevância para o desenvolvimento desse setor que apresenta tendência favorável de crescimento nos últimos anos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL/ IBGE/Mtur. Economia do turismo – Análise das atividades características do setor 2003.
- BRASIL/ MTUR/ FIPE. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil-2006.
- BRASIL/ MTUR/EMBRATUR. Anuários estatísticos, 2001 a 2008.
- CAMERON, A., TRIVEDI, P. *Microeconometrics: Methods and Applications*. Cambridge University Press, 2005.
- CROUCH, G.; S. DOLNICAR "Tourism Discretionary Spending Choice Behaviour" Faculty of Commerce – Papers, 2005.
- DINIZ, S. C.; MACHADO, A. F. . Consumo de bens e serviços culturais nas metrópoles brasileiras uma análise a partir de dados da POF. In: V Enecult, 2009, Salvador. Anais do V Enecult, 2009.
- DOLNICAR, S. et al. Tourism and discretionary income allocation. Heterogeneity among households. *Tourism Management*, v. 29, n. 1, p. 44-52, 2008.
- HONKANEN, A. E MUSTONEN, P. Tourism consumption revisited – empirical study of Finnish consumers. *Research on Finnish Society* 1(1), 43-58, 2008.
- JOHNSTON, J. & DiNardo, J.; *Métodos Econométricos*. McGraw-Hill, 4ª edição, 2001.
- LEE, H. C. Determinants of recreational boater expenditures on trips. *Tourism Management*, v. 22, n., p. 659, 2001.
- LIM, C. Review of international tourism demand models. *Annals of tourism research: a social sciences journal*, New York, v. 24, n. 4, p. 835-849, 1997.
- MAMBERTI, M. M. S.; BRAGA, R. . Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. In: I Seminário Internacional O desenvolvimento local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas, 2004, Rio Claro. Anais do I Seminário Internacional O desenvolvimento local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas. Rio Claro : IGCE-UNESP, 2004. v. 1. p. 1-11.
- MENEZES, T. A.; DINIZ, B. P. C.; SILVEIRA, F. G. ; SERVO, L. M. S.; PIOLA, S. O Gasto e a Demanda das Famílias em Saúde: Uma Análise apartir da POF 2002-2003. In: Fernando Gaiger Silveira; Luciana Mendes Servo; Tatiane Menezes; Sérgio Piola. (Org.). *Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas*. 1 ed. Brasília: IPEA, 2007, v. I, p. 1-374.
- NICOLAU, J. L.; MÁŠ, F. J. Heckit modelling of tourist expenditure: evidence from Spain. *International Journal of Service Industry Management* Vol. 16 No. 3, pp. 271-293, 2005.

POU, L.; ALEGRE, J. The Determinants of the Probability of Tourism Consumption: An Analysis with a Family Expenditure Survey. Universitat de les Illes Balears, Dept. d'Economia i Empresa, 1999

SAMPOL, C. J.; PEREZ, E. A. Tourist expenditure determinants in a cross-section data model. University of Balearic Islands, Spain, 2000.

SONG, H.; LI, G. Tourism demand modelling and forecasting: a review of recent research. *Tourism Management*, v. 29, n. 2, p. 203-220, 2008.

WANG et al. Examining and Identifying the Determinants of Travel Expenditure Patterns. *International Journal Of Tourism Research*, v. , n. 8, 2006.

## ANEXOS

### Quadro 4 – Produtos Turísticos , segundo a classificação da POF 2002-2003

Quadro	Código	Produto
41	00102	ONIBUS URBANO
41	00201	TREM (VIAGEM)
41	00301	AVIAO (VIAGEM)
41	00401	NAVIO (VIAGEM)
41	00501	COMBUSTIVEL DE VEICULO (VIAGEM)
41	00601	ALIMENTACAO (VIAGEM)
41	00701	HOSPEDAGEM (VIAGEM)
41	00702	APART-HOTEL (VIAGEM)
41	00703	CAMPING (VIAGEM)
41	00704	TRAILLER (VIAGEM)
41	00705	BARRACA (VIAGEM)
41	00706	HOTEL (VIAGEM)
41	00707	IGLOO (VIAGEM)
41	00708	HOSPEDAGEM
41	00801	EXCURSAO (EXCETO ESCOLAR) (VIAGEM)
41	00901	GARAGEM (VIAGEM)
41	00902	ESTACIONAMENTO (VIAGEM)
41	01001	ALUGUEL DE VEICULO (VIAGEM)
41	01101	TAXI (VIAGEM)
41	01201	BARCO (VIAGEM)
41	01301	PEDAGIO (VIAGEM)
41	01401	METRO (VIAGEM)
41	01501	CAMINHAO (VIAGEM)
41	01502	PAU-DE-ARARA (VIAJEM)
41	01601	AUTOMOVEL UTILITARIO (VIAGEM)
41	01602	KOMBI (VIAGEM)
41	01701	COLONIA DE FERIAS (VIAGEM)
41	01801	TAXA ALFANDEGARIA (VIAGEM)
41	01802	ALFANDEGA (TAXA) (VIAGEM)
41	01901	GUARDA-VOLUMES (VIAGEM)
41	02001	ONIBUS INTERMUNICIPAL (VIAGEM)
41	02101	ONIBUS INTERNACIONAL (VIAGEM)
41	02201	ONIBUS INTERESTADUAL (VIAGEM)
41	02301	FERRY-BOAT (VIAGEM)
41	02401	CARREGADOR DE BAGAGEM (VIAGEM)
41	02501	BALSA
41	02601	GUIA TURISTICO
41	09801	AGREGADO